



SARDOAL
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL
ATA N° 3/2021

SESSÃO ORDINÁRIA

29 DE JUNHO DE 2021

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

2º SECRETÁRIO: José Fernando Amaro Esteves

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, em sistema de videoconferência, a Assembleia Municipal de Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: _____

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;

2. Suspensão de taxas e tarifas Covid_19;

3. Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação - Exercício de 2020 – Aprovação;

4. Proposta da Conta de Gerência do ano de 2020;

5. Revisão Orçamental;

6. Acordo de Regularização de Dívidas - Município do Sardoal - Processo de cessão de créditos;

7. Plano Diretor Municipal de Sardoal - Alteração por adaptação ao Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode;

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Marta Tavares, Joaquim António Lopes Serras, José Fernando Amaro Esteves, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Joana Marcos Barroso Ramos, Rui Manuel Lourenço Valente, César Filipe Gonçalves Marques, Anacleto da Silva Batista, Marcelo Serras (em representação de Alcina Almeida), Vitor Julio Outeiro Morais, Francisco da Silva António, Luis António Rodrigues Salgueiro, José de Jesus Salgueiro, Patricia Silva (em representação de Miguel Alves), Paulo José Casola Pedro, Dora Santos (em representação de António Fernandes), Jorge Nuno Lourenço da Silva Pina. -----

Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores, Pedro Rosa, Pedro Miguel Lobato Duque e Carlos Nuno Alves Duarte-----

Não esteve presente a Senhora deputada Maria Manuela Conceição Ferreira que justificou antecipadamente a sua falta. -----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

Período Antes da Ordem do Dia

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referindo “*Gostaria aqui de falar um pouco e, um pouco à boleia do que foi a intervenção na ultima reunião de Câmara, do senhor Vereador Carlos Duarte, de falar do estatuto de oposição e da*

importância do estatuto de oposição. Aproveitando que estamos em final de mandato, esta Assembleia Municipal ocorre em 29 de junho, teremos outra Assembleia Municipal ordinária em setembro e depois, teremos as eleições e acho que é importante fazermos aqui algum balanço e, esta questão, que bem, o senhor Vereador Carlos Duarte abordou na última reunião de Câmara, merece-me aqui também fazer aqui algum exercício de balanço acerca do que foi este mandato, porque é de facto importante.

O estatuto de oposição é qualquer coisa que deve de acontecer em todos os órgãos autárquicos locais, falamos das Câmaras Municipais e, dentro do executivo camarário, falamos na Assembleia Municipal, em que existe bancadas de todos os partidos, dos partidos que apoiam a Câmara e dos partidos que estão na oposição e também nas Juntas de Freguesia e nas Assembleias de Freguesia, em todos estes espaços é importante que se respeite o estatuto de oposição, não podemos só falar do estatuto de oposição ao nível da Câmara ou da Assembleia, temos que falar também ao nível das Juntas, nas Juntas também deve de existir, no fundo, uma conversa que seja democrática e que, no fundo, o que eu queria dizer, é que todos tivessem acesso à informação assim como na Câmara, assim como na Assembleia, nas Juntas, também era importante que todos tivessem acesso à informação e no seguimento do que foi a aprovação da ata da Assembleia eu não poderia deixar de dizer, que acho importante que as atas das Assembleias de Freguesia e estou aqui a falar de uma forma pedagógica, e a respeito de todas as Assembleias de Freguesia do nosso concelho, todas as atas das reuniões de Assembleia de Freguesia deveriam estar ao dispor dos fregueses, também, para que, os respetivos opositores, que a oposição tenha informação, mas sobretudo para que os fregueses possam avaliar o que tem sido o trabalho de cada um, do executivo e da oposição e, a verdade é que, de uma forma geral com exceção da Junta de Freguesia de Alcaravela, que há algum tempo colocou as suas atas no site, não consigo verificar isso nas outras freguesias, a freguesia de Valhascos e Santiago de Montalegre não tem site e de facto, era deveras importante que todos nós pudéssemos ter acesso ao que tem sido as reuniões das Assembleias de Freguesia, de todas as freguesias, para podermos também, cada um dos fregueses conseguir ter a nossa perceção do trabalho feito pelo executivo, que é importante e também das eventuais ideias, eventuais participações da oposição em cada Freguesia, porque nós, aqui no Sardoal, este ultimo mandato, tivemos neste caso, os dois partidos que estão no espectro, o PSD é oposição na Junta de Freguesia de Sardoal e o PS é oposição na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal e nas outras freguesias, todos têm a oposição, e é de salutar, no fundo o que eu quero dizer é que, é importante que a

informação exista e que a informação seja visível e acho que aí, temos todos que melhorar. Nós também, nas próprias atas que construímos, que às vezes são um pouco massudas e difíceis de interpretar e os outros, que, depois de as fazerem, as devem publicar nos locais próprios, como manda a lei, de forma a que todos tenhamos acesso à informação. Pronto era esta reflexão que eu queria fazer, no sentido de melhorar, de melhorarmos todos e no fundo de nos aproximarmos daqueles que queremos servir, porque é para isso que nós estamos aqui, servir a população de Sardoal, servir os munícipes de Sardoal, servir os fregueses das Freguesias do Sardoal, é esse o nosso papel e devemos-lo fazer de uma forma diferente, de forma clara e objetiva e sem essa informação ao dispor de todos, torna-se complicado.”-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António que referiu “*Infelizmente o Sardoal foi assolado de novo pela pandemia Covid 19, facto que profundamente tenho que lamentar, penso no entanto que tudo foi feito no sentido de minimizar os efeitos da pandemia, quer pelas autoridades locais, quer pela Proteção Civil, facto que apraz registar, e deixar um voto de agradecimento a todos os envolvidos para que as coisas de facto não piorassem e penso de alguma forma e da maneira que foi possível toda a situação.*

Como todos nós sabemos a pandemia está longe de ser erradicada, isso obriga a que mantenhamos as regras que a DGS vem impondo e vem recomendando.

Penso que terá havido descuido da parte de alguém e vai continuar a haver, temos de facto de entender que temos que respeitar uns aos outros.

Depois não posso deixar de mencionar aqui a recente inauguração no lugar de memória na antiga escola primária de Santiago de Montalegre, é um sonho antigo, eu próprio já o tinha trazido aqui mais que uma vez à Assembleia Municipal, por isto ou por aquilo nunca houve oportunidade de se realizar, mas agora apareceu alguém, gente com disponibilidade para meter mãos à obra e com a colaboração da Junta de Freguesia e Câmara Municipal, o Museu Rural, em Santiago de Montalegre é agora uma realidade, é um espaço, na escola primária, está aberto ao público aos sábados e domingos, portanto quem estiver interessado e quem gostar de facto de ver e seguir as memórias daquilo que foram os utensílios utilizados pelos nossos avós, e muitos deles até por nós próprios estão à disposição para que os vejam, estão devidamente identificados, penso que é um espaço a visitar e é um espaço que fazia falta também principalmente naquela freguesia, que não tinha grande coisa, não tinha grande chamariz, é mais um espaço que o concelho tem, não sei se existe no concelho mais algum museu deste tipo, mas de qualquer das formas temos este agora que podemos visitar.

Quero também congratular-me com o facto do mural de São Domingos na estrada nacional 2 estar quase concluído. Fiquei feliz por aquele projeto ter vencido, com o orçamento participativo, como também fico feliz que o trabalho esteja a ser feito por uma família de Alcaravela, portanto juntou-se aqui o útil ao agradável, trata-se de dar a conhecer também no mural aquilo que foi o nosso passado, aquilo que nós fomos, aquilo com que nos identificamos e isto de uma forma tão grandiosa e possível como é a pintura, de facto nada melhor para pôr ali, para os passageiros da rota da nacional 2 e para nós próprios irmos visitar aquele mural, que é um mural extenso, tem mais de 100 metros de pintura. Não podia deixar também aqui de mencionar, para um certo senhor Deputado Municipal que andou a escrever na praça pública que o orçamento participativo era uma falácia do município, convidava então o tal senhor Deputado a ir visitar mural e certificar-se que de facto estava errado e que aquilo que escreveu nas redes sociais não era verdade. O orçamento participativo existiu, foi ganho pelo projeto numero 2, o orçamento participativo está a funcionar, portanto, a Câmara, aquilo que disse, aquilo que fez, era tudo verdade, contrariamente ao que o senhor Deputado escreveu nas redes sociais.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo “*De facto a partilha de informação, principalmente os documentos mais importantes, é obvio que é algo que todos os órgãos devem fazer porque isso faz parte da transparência do trabalho a que se candidataram, porque se efetivamente se todos estamos nos lugares onde estamos, sejamos nós aqui deputados, sejam os membros das Assembleias de Freguesia, ou os senhores Presidentes de Junta ou na Câmara Municipal, o senhor Presidente e os senhores Vereadores, todos nós concorremos para isto, e concordamos que nós queremos, a gente assina um papel a dizer que aceitava candidatar-se, entretanto as regras do jogo são de facto estas, isto não é um jogo, mas por vezes para facilitar a compreensão podemos fazer estas estas comparações.*

Dizer também que o estatuto da oposição é também quando há documentos importantes e que são de facto de grande relevo, devem também ser partilhados atempadamente para que possam ser sujeitos, ou a escrutínio ou até a proposta de melhoria, e neste mandado, neste aspeto aconteceu de forma, podemos dizer, em tempo útil, uma vez com o orçamento, que aliás o resultado foi aprovado por unanimidade, mas noutros momentos, sejam como vamos discutir hoje, contas de gerência, não tem acontecido. Já cá ando há algum tempo e deste tempo todo recordo-me porventura do ano em que a conta de gerência, aliás, o orçamento foi recebido se calhar com quase um mês de antecedência, e que a conta de gerência foi recebida uma vez também numa versão ainda

rascunho para apreciação e até para a obtenção de propostas de melhoria. São só, também, algumas notas para reflexão, isto aplica-se a todos os órgãos, e sobre este tema para já não me quero alongar muito mais, mas de facto é algo que nos deve preocupar.

Gostava de começar por uma constatação que o senhor Presidente da Câmara está ao corrente, tem a ver com a Tejo Ambiente, continuam a existir problemas de faturação, problemas inclusive de leituras, penso que o senhor Presidente, pelo menos numa das reuniões que eu assisti pela gravação, o senhor Presidente falou nisto, mas de facto, seria bom frisar nas reuniões que tem na Tejo Ambiente, ou que tem com a direção da Tejo Ambiente, apesar de não ser a forma correta das pessoas apresentarem as coisas nem sequer é o local certo, mas o que é certo é que continuam haver publicações no facebook de faturas com cêntimos, e são meses consecutivos, como aconteceu com um familiar meu, ainda esta semana teve de se deslocar ao espaço da Tejo Ambiente, na Loja do Cidadão no Sardoal, para pagar um valor exorbitante porque os senhores da Tejo Ambiente não conseguem fazer acertos de conta, ou seja, neste momento foi pagar um valor elevado Se calhar daqui a um mês ou dois meses vai receber faturas com valores a crédito, pronto, a seu tempo há-de fazer acerto por encontro de contas, mas que de facto demonstra que a continua a haver problemas graves em termos de faturação.

Gostava de questionar o senhor Presidente da Câmara sobre uma questão que tem a ver com os dois dossiers dos empréstimos que vieram à Assembleia Municipal e que foram adjudicados ao BPI, não só pelo que assisti nas reuniões, mas pelo que fui falando com os senhores Vereadores do PS, esses dois empréstimos, um de 627000€ e outro de 597000€, um tinha a ver com o Externato Rainha Santa Isabel e o outro com um conjunto de obras, estes dois empréstimos sofreram, ou a Câmara recebeu uma nota ou uma carta, como quisermos chamar, do Tribunal de Contas, chamando a atenção para uma clausula ilegal no contrato e que se essa clausula não fosse revista o contrato seria nulo.

Eu confesso que estava à espera que este assunto estivesse na ordem do dia da Assembleia Municipal, porque havendo problemas com este empréstimo, haveria alguma coisa a explicar na Assembleia Municipal, daí que, gostava de questionar o Senhor Presidente da Câmara, o que é que aconteceu, em termos do contrato assinado, porque é isto que, ao fim e ao cabo foi validado na Assembleia Municipal. Foi validado inclusive, se bem me lembro, uma minuta do contrato, o contrato que foi validado, foi diferente do que foi aprovado na Assembleia Municipal, e temos um problema, ou, houve clausulas que não estavam previstas, Senhor Presidente, explique-nos o que é que se passou efetivamente. E porque é que este assunto não vem à Assembleia Municipal para ser reapreciado, sendo

que, sobre este assunto, uma das notas do Tribunal de Contas e que de alguma forma despoletou tudo isto, é que o banco tinha previsto, se vinha na proposta ou se só apareceu mais tarde no contrato, uma comissão que o banco iria cobrar pelo não levantamento das verbas aprovadas todas de uma vez, uma comissão de mobilização, se bem me recordo. Esta questão chamou-me logo a atenção e na altura em conversa com os senhores Vereadores fiquei a perceber que a Câmara Municipal respondeu ao Tribunal de Contas que tencionava levantar, se o visto do Tribunal de Contas, com a aprovação dos empréstimos, ou seja com o concretizar do processo, que pretendia levantar o dinheiro todo de uma vez, para não pagar esta referida comissão, acontece que de acordo, se é que eu estou bem informado, de acordo com a lei, e o senhor Presidente corrigir-me-á, se eu estiver enganado, só pode levantar o dinheiro com a fatura ou com o auto de medição que justifique o valor levantado. Se assim for, não poderia levantar o dinheiro todo de uma só vez, esta questão, e foi isso que o Tribunal Contas veio dizer, é que, além desta questão ser ilegal coloca-se outra questão, é que, caso a verba, o valor dos empréstimos não fosse levantado de uma só vez, a análise que foi feita sobre qual a proposta mais vantajosa para o município, a análise que foi feita podia estar enviesada, ou seja porque não foi considerada esta variável. De facto, daquilo que eu pude apurar da análise dos quadros que foram feitos e enviados, esta variável não estava lá contemplada e efetivamente não foi analisada, não constava da análise. Sobre este assunto há aqui várias questões.

Sobre a obra da entrada do Sardoal, aquele talude que necessitou de facto de intervenção, eu percebi hoje, por uma publicação do município, que a obra foi dada como concluída, o senhor Presidente confirmará se é assim ou não, além de que, pronto, já deu para perceber que faltam alguns postes de iluminação, porque estão lá digamos, os locais da calçada que não foi colocada no passeio, mas de facto, eu acho que aquilo, não vou discutir se a dimensão da obra se é correto ou não, porque não sou técnico, não tenho competências nessa área, mas confesso que hoje quando passei lá fiquei um pouco surpreso com a dimensão daquilo que foi necessário fazer, não sou técnico, mas de facto levantaram-se-me questões, se aquela opção técnica terá sido a melhor opção e sobretudo, a mais económica, por outro lado, eu acho que seria importante em algumas zonas daquele talude, não em todas, mas seria importante colocar alguma vegetação que ajude a fixar aquele talude. Há algumas espécies que permitem fazer isso, a Câmara tem técnicos que poderão dar melhor opinião sobre este assunto, portanto senhor Presidente caso seja concluída, sugiro que de facto se equacione esta possibilidade porque seria mais agradável para quem entra e sobretudo para quem sai da Vila de Sardoal, não já, porque

agora temos que passar por uma fase um pouco mais seca, mas daqui por uns meses, sair e ver um talude um pouco mais verde, seria de fato mais agradável à vista. Se tivesse sido tomada outra opção técnica podíamos ter ali mais um mural, a opção foi a que lá está, se calhar uma opção com betão projetado talvez tivesse ficado mais económica, são opções técnicas, o senhor Presidente poderá explicar se foram consideradas outras opções e se efetivamente aquela é economicamente mais vantajosa.

Ultima questão tem a ver com o Covid, de facto lamentamos todos a situação que ocorreu no nosso concelho, todos sabemos que basta haver um ou dois casos e dada a nossa população de valor reduzido e os indicadores que hoje são, ou que até aqui há pouco tempo eram utilizados, nós rapidamente atingimos valores que são de facto indesejáveis e nos colocam em situações que podem não ser devidamente justas e, ainda bem que a DGS veio alterar este critério, não sei se esta última análise já teve isso em conta se não, mas segundo percebi, havia intenção de haver uma alteração daqueles valores de referencia, os 120 casos por cada 100 mil habitante, dos 240 casos por 100 mil habitantes tendo em conta se estamos a falar de uma zona mais litoral ou mais rural ou mais interior, porque o concelho de Sardoal com 3 ou 4 casos, rapidamente atinge um valor que parece muito expressivo mas que depois na pratica é algo que se pode controlar com alguma facilidade.

Ainda sobre esta questão do Covid, gostava de perguntar no seguimento daquela bateria de testes que foi feita na comunidade escolar e muito bem, gostava de perceber qual a data ou qual o momento em que, ou a Câmara Municipal ou o Gabinete de Proteção Civil Municipal, quando é que tiveram conhecimento dos resultados do primeiro dia ainda em que pudessem conhecer os resultados que vieram de facto demonstrar que eram muito diferentes do realidade, ou pelo menos os novos testes vieram a dar valores errados, vieram dar outros valores, também gostava de perceber qual a data em que se teve conhecimento deles para percebermos se podia ter sido feito alguma coisa no dia imediatamente a seguir, para evitar potenciais cenários de contagem porque estávamos numa semana em que o agrupamento estava com atividades de final de ano letivo, típicas da época mas por ventura poderia se ter alterado ou propor a alteração de algumas atividades para evitar focos de contágio.”-----

Tomou a palavra o Senhor deputado José Salgueiro, referindo “É sobre os arruamentos de Cabeça das Mós porque no empréstimo que foi feito vinha uma verba de 350 000€, e eu gostava de perguntar ao senhor Presidente aqui pelo menos duas questões, se está previsto alguma coisa para a Rua das Lameiras e a Rua do Bairro porque na Rua do Bairro

foram feitas umas valetas já há 8 anos em cimento e nunca mais foi investido na pavimentação e a Rua das Lameiras está um bocado lastimável, metade não tem pavimentação, ainda é terra batida e quando chove aquilo fica impraticável e mais alguns esclarecimentos sobre os arruamentos.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para referir o seguinte: “*É mais rápido responder para já ao Senhor José, está previsto também para essas duas ruas a intervenção nelas.*

Em relação à questão do Covid, é claro que nós estamos numa situação preocupante, eu posso dizer os dados que recebi da DGS foi no dia 28 com os dados recolhidos até às 23:59 do dia 27 do 06, o número total de casos infetados, número total acumulado de 204 casos, não há casos do dia anterior, o número total de óbitos acumulados, 5, número acumulado de casos de infeção nos últimos 10 dias é de 14, o número acumulado de casos de infeção nos últimos 14 dias é de 21, o que dá o número de novos casos nos últimos 14 dias por 100000 habitantes dá uma incidência de 565. Eu começo por dizer que estes dados e esta forma de trabalhar os dados, é do centro europeu da doença e do controle de doenças não é iniciativa do nosso governo, de qualquer das formas o governo e muito bem, reconheceu aquilo que era os territórios de baixa densidade e aquilo que numa primeira fase 120 casos por 100000 habitantes, daria logo não avançar nas medidas, ou o ficar parado nas medidas, o que é que acontece, acontece que passou para 240, passou para o dobro, ora para 120 habitantes bastaria 4,8% de sardoalenses para ultrapassarmos a barreira dos 120 casos por 100000, por isso, é o dobro, é só fazer as contas. De qualquer das formas é uma situação preocupante que nós não podemos arranjar formas de aliviar, de aligeirar e de contornar ou de mudar as matrizes, ou de mudar os números, esta é a forma mais fácil, mas talvez a forma menos eficaz de contrariarmos esta pandemia, de contrariarmos a doença, se é assim a matriz, se é uma matriz baseada pelo centro de controle da doença, vamos assumi-la como tal, e na verdade as coisas são tão preocupantes à nossa escala como são preocupantes também a outro o outro nível. Acontece que houve uma primeira fase em que tivemos vários casos positivos, provenientes praticamente 4 casos, provenientes do mesmo local num ambiente profissional e depois, criou contágios, rede de contágios em ambiente familiar ou em contexto de amigos, de amizade, e realmente bastou quatro casos para estarmos nos números que hoje estamos e que estivemos recentemente. Fomos dos municípios do país que tivemos um nível de incidência mais elevado, chegamos a ser o terceiro. Mas isso para dizer também que logo que tivemos conhecimento destes, reunimos numa Comissão Municipal de Proteção Civil, na terça-

feira e nessa comissão foi logo tomado o conjunto das medidas, nomeadamente o encerramento de alguns espaços municipais, mesmo que a lei não obrigasse, ou seja, aqueles espaços que era competência do Município exclusiva nós tomamos logo essa iniciativa antes de chegarem as decisões do governo, e depois também nessa reunião, a escola também tomou logo um conjunto de atividades medidas, estávamos na semana do agrupamento e a diretora optou logo por um conjunto de atividades que envolveriam maior proximidade e maior contacto, essas atividades foram logo anuladas e manteve-se só outro tipo de atividades que não essas. De qualquer das formas, quero dizer que em todos estes casos que não foram contágios em ambiente escolar, como disse foram contágios familiares que depois se transportaram para ambiente escolar, em ambiente escolar não houve contágio absolutamente algum, ou seja, mantiveram-se 3 alunos e foram esses três alunos que continuaram, mas esses alunos forma de contágios exteriores à escola e dentro da escola não provocaram qualquer tipo de contágio. Eventualmente também e quero acreditar que assim seja, o plano de contingência que a escola elaborou, e que está a ser desenvolvido muito bem as suas funções, por isso, nós estamos a atravessar um momento de alguma crise, chamemos-lhe assim, crise, como direi quase crise de comportamento social, as pessoas estão muito cansadas, estamos há um ano e meio nisto, por vezes os exemplos que nos vêm superiormente não são os melhores e leva-nos a pensar que se é feito isto, se é feito aquilo da forma que é, e são muitos os exemplos, porque é que nós não podemos também aqui aligeirar o nosso contacto, e não é, isso é um falso erro, até porque sabemos que as coisas em Lisboa e Vale do Tejo estão como estão, porque provavelmente em determinada altura, situações que poderiam ser evitadas e que não foram e que fez com que crescesse o número de casos na nossa região, mas claro, com maior incidência na zona de Lisboa.

Isto para dizer que há aqui outra questão também, a vacinação, que está a funcionar e está a funcionar muito bem, mas é importante que as pessoas percebam que a vacinação não é a resolução de todos os problemas e de todos os males, não é, está muito longe disso, porque é importante que a vacinação não dê uma falsa segurança e às vezes as pessoas pensam, estou vacinado, já não há problemas, não é verdade. A vacinação não faz uma cobertura total, não faz uma cobertura a 100%, além disso nós também não sabemos como é que estas variantes reagem, nomeadamente a Delta, que há quem diga que é mais agressiva, e de contágio mais rápido, não sabemos como é que esta variante reage à vacinação. Sabemos sim, que os casos estão a aumentar, sabemos que os casos de doença não são tão graves como aqueles que eram anteriormente, e eu sei bem do que falo antes

da vacinação, sabemos bem que neste momento é assim, mas também não sabemos o que é que vai ser daqui a um mês, porque um ano e meio de pandemia, um ano e meio de uma doença nova, um ano e meio de um vírus novo, em termos de Ciência, em termos de saúde, não é nada, é muito pouco tempo neste momento nós temos uma pandemia que tem um ano e meio, nós estamos a vacinar as pessoas sobre essa pandemia e normalmente uma vacina, por aquilo que eu leio, mas ano e meio de reuniões quase diárias com os técnicos desta matéria, dá para ouvir muita coisa e fazer algumas conclusões e perceber, isto para dizer que, nós temos um ano e meio, pouco mais, de uma pandemia e já temos vacina para esta pandemia, normalmente uma vacina só por si demora 2 anos a ser feita e nós conseguimos, os nossos cientistas conseguiram ultrapassar essa barreira dos 2 anos e fazer as coisas muito mais rápidas, agora não sabemos o que é que aí vem, a vacina está na verdade a resultar, não resulta a 100%, é preciso continuarmos com muitos cuidados, com todos os cuidados com toda a prudência, se queremos que isto termine o mais rapidamente possível, a imunidade de grupo é o objetivo, mas também não sabemos muito bem quando é que vamos atingir essa imunidade do grupo, esse essa imunidade de grupo é a solução para todos estes problemas, por isso é preciso temos todos os cuidados em relação a esta matéria.

Em relação ao estatuto de oposição, há aqui uma diferença, existe um regimento de funcionamento dos órgãos e nós cumprimos o regimento de funcionamento, eu sei, eu também gostaria, eu também não tenho muitas vezes acesso aos documentos da forma que gostaria de os ter, acreditem senhores Deputados, que nós não os guardamos para nós, às vezes tecnicamente não é possível produzir as coisas de uma forma tão rápida, como nós desejaríamos, como eu desejaria e como os técnicos desejariam também. Por exemplo esta prestação de contas, com este novo sistema, foi um processo muito complicado que até a própria AIRC que é quem faz o programa para a gestão não financeira, teve muitos problemas. Agora, o senhor Deputado está a confundir o orçamento, o orçamento na verdade tem que ser entregue muito antes, porque o que diz a legislação, o orçamento tem que ser obrigatoriamente entregue até 31 de outubro, ora, o que acontece é que nós temos de entregar o orçamento até 31 de outubro, mas depois podemos só fazer a reunião de aprovação do orçamento em dezembro, daí dar esse mês para se fazer essas coisas, ou seja, o prazo de entrega do orçamento, de acordo com a lei, depois da realização da reunião foi praticamente dois meses.

Em relação à empresa Tejo Ambiente, eu tenho pedido sempre às pessoas e durante o período, que me façam chegar essas faturas onde há problemas, nós aqui também

validamos, umas vezes as pessoas terão razão, e outras vezes não terão e nós conseguimos explicar às pessoas e as pessoas entendem, estamos disponíveis para o fazer, sempre estivemos e também continuo a estar disponível para pessoas me enviarem por mail, façam como entenderem, que nós reencaminhamos para o administrador delegado e ele fará uma análise sobre estas situações. As coisas que têm aparecido agora são a um ritmo muito menor do que aquilo que era há uns meses atrás tenho conhecimento de uma ou duas faturas, no horizonte dos últimos 15 dias não tenho conhecimento de mais, quando houve uma altura que eram diárias essas reclamações, por isso, ou as coisas estão a ir no bom caminho ou e é claro que nós conversarmos muito sobre essas matérias, é claro que houve erros, houve erros humanos também, houve várias falhas e aquilo que eu queria, quero, que a empresa faça, é que tenha um sistema de avaliação de faturas entre a leitura e o chegar ao cliente, essa validação tem que ser feita e tem de haver uma forma, perante certas situações, há uma fatura que sai fora daquilo que é a normalidade do histórico do consumo desse cliente e deverá logo acionar ali um sinal de alarme para que possa ser feita essa verificação ou reavaliação dessa fatura. Sei que esse é um trabalho que está a ser feito. A Tejo Ambiente também está disponível para fazer planos de pagamento para situações dessas, para as pessoas pagarem de forma confortável, para que ninguém fique prejudicado.

Ainda em relação ao Covid, logo nessa Comissão Municipal foi decidido pela saúde pública fazer esta testagem massiva na sexta-feira, na quinta-feira foi a toda a comunidade escolar, ora nós começamos a receber os resultados, nós soubemos através da saúde hora do almoço de sexta-feira ou seja, no dia seguinte à hora do almoço, quando me telefonam, a mim quem me comunicou foi a diretora do agrupamento, a dizer que realmente havia ali um conjunto de casos no mínimo casos maus, eram os 25 inconclusivos e os 15 positivos e, logo aí se acionou uma data de situações preventivas, no caso de os miúdos terem de regressar para a escola, isto tudo, sempre com a supervisão da saúde pública porque quem decide nestas matérias é a saúde pública, nós executamos aquilo que a saúde publica diz para fazer, eles é que dizem como se faz e quando se faz. Depois, no sábado seguinte pela manhã, recebo um telefonema da delegada de saúde, dizendo que era provável que tivesse existido aqui um lapso neste processo laboratorial, destas testagens da escola e aí o que fizemos foi, no sábado à tarde, fizemos um comunicado conjunto, Câmara Municipal, Proteção Civil Municipal, Centro Hospitalar do Médio Tejo, Saúde Pública, um comunicado assinado por mim, como Presidente de Câmara e da Comissão

Municipal da Proteção Civil, aconteceu o que aconteceu, não devia ter acontecido, mas se se viesse a confirmar aqueles casos, seria bem pior do que o facto de haver este retrocesso. Em relação ao empréstimo, não há aqui nada de transcendente, não há aqui nada de ilegal, aquilo que acontece, foi tudo transparente e tudo isto que foi para o Tribunal de Contas, veio no relatório do júri, que foi à Assembleia Municipal e foi aprovado em Assembleia Municipal, e no próprio relatório, que foi aprovado na Assembleia Municipal, diz, na ata da abertura das propostas deste empréstimo, diz, para que a análise, que houvesse justiça e igualdade no tratamento das diferentes propostas apresentadas aquilo que foi feito foi, simular que o dinheiro seria todo recebido, era a única forma de por em igualdade todas as propostas apresentadas, era analisar de forma a que ao primeiro dia do dinheiro disponível, seria todo retirado de imediato para a conta do município, que o Senhor não tem razão, não é ilegal, não é nada disso, não é contra fatura, a partir do momento em que o empréstimo é aprovado todo o valor desse empréstimo seja ele qual for, pode ser levantado a partir do momento que seja aprovado e que esteja disponível na entidade bancária, todo ele pode ser transitado para a conta do município e, todo, logo nesse dia, e aquilo que esta cláusula, esta ressalva diz, que foi aprovada por todos nós, diz precisamente isso, que se retira o dinheiro todo no primeiro dia, se faz a simulação dos juros em todas as entidades bancárias concorrentes ao primeiro dia, de forma a que se perceba qual é o impacto com juros que tem, no empréstimo que nós estamos a cobrar, sendo certo que aqui também é dito que poderá não ser assim, porque se os reembolsos não forem todos feitos no primeiro dia e não é assim que normalmente acontece, o juro só é pago de acordo com o que vai ser retirado ou a partir da data em que a retirada aquela parcela do valor disponível, por isso o tribunal de contas não entendeu assim, esta questão do Tribunal de Contas, isto acontece quase em todos os empréstimos, quase em todas as Câmaras Municipais, todas as Câmaras Municipais entendem que às vezes, depende também de quem analisa porque depende daquilo que são os critérios, de um lado, às vezes noutra tipo de empréstimo, o mesmo critério já passa e então aquilo que o Tribunal de Contas considera, é que esta cláusula, a aplicação desta cláusula, seria ilegal, como tal aquilo que é proposto é a retirada dessa cláusula e, foi isso que foi proposto ao banco foi isso que o banco fez, retirou a clausula e foi novamente a reunião de Câmara, foi aprovado e foi reencaminhado para o Tribunal de Contas. De qualquer das formas este ponto tem pormenores muito técnicos, está connosco o chefe de chefe de divisão administrativa e financeira, se os senhores assim entenderem ou se ele assim entender, poderá dar mais algumas explicações ou até mesmo eventualmente corrigir algo que eu não tenha dito tão

bem. De qualquer das formas, mas também é preciso que vos diga que, há um conjunto de questões e de pontos que o Tribunal de Contas levanta à Câmara Municipal e que muitos deles, mas muitos deles, ou seja, a esmagadora maioria destas questões que o Tribunal de Contas levanta, estão lá, as respostas estão lá no processo, bastaria fazerem a análise do processo, aquilo que nós dizemos, a resposta que nós damos é, está lá respondido, no sítio tal e é respondido desta ou daquela forma, é assim que as Câmaras Municipais, todas, do país, estão a interagir com o Tribunal de Contas, que cumpre a sua função e nós estamos cá para responder, agora, tudo isto que o Tribunal de Contas questiona, os Senhores tiveram todos acesso a estas matérias, não há aqui nada absolutamente de novo, está tudo espelhado e muito bem no relatório do júri, na ata do relatório do júri que os Senhores tiveram acesso.” -----

Foi dada a palavra ao Chefe de Divisão Administrativa e Financeira do Município, que referiu o seguinte: *“Penso que o senhor Presidente já referiu tudo, apenas acrescentar que a Assembleia Municipal aprova a contratação tendo em conta as propostas apresentadas pelos bancos, foi feita uma ata, como o senhor Presidente disse, que foi presente em Assembleia e aprovado, entretanto em relação ao clausulado e isso já é competência do executivo, o que acontece é que a minuta que foi apresentada em reunião de Câmara foi a mesma, foi igualzinho, que foi aprovada pelo executivo, foi a mesma que veio a concluir o contrato, não houve aqui alterações de nada, o que foi aprovado em clausulado foi assinado, o senhor Presidente tem poderes, mas quem aprovou a minuta, foi o executivo, como o senhor Presidente já disse, a situação foi esta mesmo, foi a nível de não aceitarem esta comissão, desta comissão não ser legal, porque entendem que poderia, sendo certo aquela situação de não ser reembolsado, ir ao empréstimo naquele dia que é como o senhor Presidente disse, que nós fazemos sempre, para comparar propostas e o histórico diz que não, vamos buscar essa verba como fazemos, vamos buscar hoje um bocadinho, amanhã outro bocadinho em função das nossas necessidades, podia chegar uma altura que a segunda proposta que era da Caixa Geral de Depósitos que poderia vir a ser a mais favorável e ainda referindo que a partir dos 270 dias é que a proposta da Caixa Geral de Depósitos podia ser mais vantajosa, mas lá está, para nós podermos comparar as propostas, tem de ser como se como tivéssemos o valor no mesmo dia, pronto foi isso que aconteceu.”-----*

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo *“A empresa que fez o talude já saiu da obra, agora falta realmente os postes que a EDP irá colocar rapidamente. Nós achávamos que não havia razão absolutamente alguma para deixar para trás trabalho só*

por faltar os postes da EDP, de qualquer das formas posso dizer também duas coisas, partilho completamente da sua opinião em relação aquilo, eu também quando olhei para aquilo pensei, não é preciso tanto, estamos perfeitamente de acordo, quem o fez foi uma empresa especializada, uma empresa que trabalha nestas matérias, foi uma empresa que trabalha a nível nacional, uma empresa projetista. As opções eu não concordo com o senhor que ali um muro em cimento armado ficasse porventura melhor, não concordo, foi dito pela empresa que fez o projeto, os postes como disse, vão ser colocados, fazem parte da empreitada, mas têm de ser colocados com supervisão e acompanhamento da EDP, que o fará rapidamente.

Também solicitei ao Gabinete Florestal que fizesse um trabalho para reflorestação daquela área, realmente nós não vamos querer que aquilo fique daquela forma, queremos que fique verde que tenha outro ar, aquilo que me é dito também os técnicos desta área é que na verdade e como o senhor também disse, não é esta a altura ideal para estarmos ali a fazer uma reflorestação ou seja o que for, mas está previsto e logo que tecnicamente seja possível será feita, até porque depois será preciso também porque, como disse, na zona de rocha não pode ser arvores que com raiz possam vir novamente a destabilizar aquela barreira por isso este é um trabalho que também está a ser feito para que quando chegar a altura da reflorestação possa ser feito." -----

Tomou a palavra a senhora Deputada Joana Ramos referindo "Eu queria só referir que concordo e subscrevo as primeiras palavras pedagógicas do senhor Presidente da Assembleia, e sublinho que a transparência é cada vez mais um valor da ordem do dia e que é especial na política, porque apesar de não haver obrigatoriedade legal de publicar todos os documentos, existe uma obrigatoriedade de princípios e isto é muito pessoal, até arrisco a dizer que, se a transparência nos procedimentos for total quase que não há necessidade de grandes campanhas eleitorais uma vez que estamos em ano de eleições, porque a informação está tão disponível e tão à mão dos cidadão que, quem quiser refletir pode refletir e questionar e os eleitos serão naturalmente os que nos oferecem mais confiança no seu trabalho diário, é esta a minha opinião. Mais do que palavras vale o trabalho dos eleitos, expresso naturalmente nos documentos oficiais, segundo documentos oficiais que atestam as decisões que eles tomaram.

Uma pergunta à senhora Deputada Patrícia Silva que representa hoje a Junta de Freguesia nesta Assembleia e quero fazê-lo com a máxima franqueza e peço desde já que tenha a máxima franqueza na resposta, porque imagino que me saiba responder. Foi algo que aconteceu já há algum tempo e que me deixou enquanto Deputada Municipal e

enquanto cidadã, face a tudo o que se tem passado politicamente e em praça pública que me deixa com alguma tristeza em certa medida e com algumas dúvidas, que já lhas vou colocar. No dia 25 de abril, para iniciar a minha introdução, a instituição Câmara Municipal, convidou o senhor Presidente da Assembleia Municipal e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal, neste caso, para hastear a bandeira juntos, a bandeira nacional, numa cerimónia de grande relevo para a democracia da nação e importante para todos nós sardoalenses, eu gostaria de saber e é uma pergunta que eu não vou fazer mais vezes porque razão é que não houve esse comportamento, essa lisura por parte da Junta de Freguesia de Sardoal, essa lisura institucional para com o Presidente da Câmara e para com o senhor Presidente da Assembleia Municipal, já nem falo em nós, Deputados, até porque estamos em época em que não deve haver ajuntamentos, numa cerimónia de inauguração supostamente institucional que ocorreu poucos dias depois e que também é do interesse público do Sardoal e para o Sardoal, por via da importância da Nacional 2, creio que a Deputada Patricia saberá do que estou a falar, no fundo a pergunta é, e é uma pergunta apenas, qual foi o critério que foi utilizado para os convites formais e se foi um critério institucional ou outro.”

Interveio o senhor Deputado Paulo Pedro referindo “A minha questão é o seguinte primeiro fico contente, vou falar da Etar da Presa, fico contente porque a obra já arrancou nestes dias e queria só fazer uma pergunta ao senhor Presidente se se sabe quando é que ela vai entrar em funcionamento. Outra pergunta era sobre a proteção civil, sabemos que o calor está-se a aproximar, no ano passado tivemos algumas ocorrências, com sucesso conseguimos habilitá-las e gostava de saber se os nossos meios de proteção civil a nível concelhio se vão se manter os mesmos, se vai haver mais equipas, se são as mesmas, e se vão posicionar meios como tem acontecido, por exemplo um carro, um carro de bombeiros na freguesia de Alcaravela, na altura que está risco máximo ou risco vermelho.”

Tomou a palavra o Senhor Presidente de Câmara referindo “Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcaravela, é com grande gosto que vemos que as obras recomeçaram da empreitada da Etar, posso-lhe dizer que o que está previsto é até final do ano, ou seja, no final do ano a Etar voltar a funcionar com toda a normalidade.

Em relação à proteção civil, incêndios e bombeiros, nós aprovamos o plano operacional municipal e este plano operacional municipal prevê, ou seja, está contemplado o mesmo número de meios que temos tido nos outros anos, e também os pré posicionamentos, julgo que os pré posicionamentos serão nos mesmos locais onde foram feitos nos outros anos e que foram locais com algum sucesso.

Aquilo que nós procuramos com os pré posicionamentos é reduzir o tempo de resposta perante a ignição e esse é o grande desafio hoje em dia, nos incêndios, em termos de combate está tudo inventado, o que importa mesmo é reduzir a resposta perante essa ignição e esses pré posicionamentos são complementares e vão continuar a acontecer, fazem parte do nosso plano operacional municipal." -----

Disse ainda o senhor Presidente da Câmara, respondendo ao deputado José Salgueiro *"Essas ruas vão ser intervencionadas, mas de qualquer das formas, também estamos à espera ainda do visto do Tribunal de Contas porque essa parte vai ser os tais trezentos e tal mil euros que o senhor disse, é com o empréstimo que pressupõe o visto do Tribunal de Contas." -----*

Tomou a palavra a senhora Deputada Patricia Silva referindo *"Respondendo à questão da deputada Joana, quero informar que quando houve a inauguração daqueles elementos do jardim da Junta, tivemos que tomar opções, opções, dentro das limitações que a pandemia oferecia, não fazia sentido estar a fazer uma Inauguração de elementos para a comunidade, para os fregueses, para a população, para os visitantes e estar a condicionar ou a limitar a presença das associações ou dos representantes das associações, que de alguma forma se possam considerar mais ligados aquele aspeto da Nacional 2, daí quando tivemos que tomar uma opção, tendo em conta o numero limite de presentes, tivemos de o fazer e foi tomado, pronto, é só, e foi uma opção do executivo, da Junta de Freguesia de Sardoal tomar esta decisão, tal como também, durante algumas inaugurações, algumas situações que já aconteceram no Sardoal, dentro até da freguesia de Sardoal, também por vezes não são comunicadas aos Vereadores ou aos Presidentes de Juntas, portanto, foi mesmo uma decisão que teve de ser tomada e foi tomada, não sei se esclareci." -----*

Interveio a senhora deputada Joana Ramos dizendo *"Eu só gostaria de deixar no ar a dúvida se haverá alguma associação que esteja mais ligada à Nacional 2 do que instituição Câmara Municipal que até tem ligações por demais a esse projeto, mas pronto fica a pergunta no ar não é preciso ser respondido." -----*

Interveio o senhor Presidente da Câmara, referindo *"Eu só quero dizer para que fique claro, que a Câmara tem um conjunto de convites institucionais, em que institucionalmente convida as pessoas que entende, assim como a Junta de Freguesia também tem, cada um sabe de si.*

Eu só queria, pegando neste assunto da Junta de Freguesia, eu queria fazer aqui uma reflexão, e partilhar convosco, não tenho duvidas nenhuma que qualquer Presidente de Junta de Freguesia ou de Câmara Municipal, seja de que partido for, esteja a dar o seu

melhor, qualquer dos nossos quatro presidentes de Junta, está a dar o seu melhor, assim como eu e os Vereadores que constituem o executivo. Eu quando falo em Vereadores, são os Vereadores que constituem o executivo, sou eu e mais 4 Vereadores, assim como todos os Deputados Municipais, como todos os eleitos das respetivas freguesias, é claro que, as vezes a forma como damos o nosso melhor é que pode não agradar ao outro e temos formas diferentes de considerar aquilo que é o nosso melhor, ou seja aquilo que é melhor para mim é respeitável meu que para outra pessoa e, não precisa de ser de outra cor política, seja diferente, internamente nós temos debate político interno, dentro dos elementos do Partido Social Democrata, temos debate político, não estamos sempre de acordo não, as opções não são as mesmas, quanto mais os nossos adversários políticos, os nossos opositores, e muitas vezes até estamos e isso não quer dizer absolutamente nada, o que eu só me queria referir é que, eu acho que deve haver um respeito institucional, gostemos ou não daquilo que são as opções políticas, gostemos ou não, possamos fazer outras opções políticas que não aquelas que a pessoa que tem a legitimidade para as tomar, as toma, deve haver um respeito institucional muito muito forte e, infelizmente eu acho que há aqui algo que não está a correr bem e como Presidente de Câmara, mais do que defender o Miguel Borges, eu tenho que defender o Presidente de Câmara e defender a Câmara Municipal que eu represento, e na verdade é importante que se faça justiça a uma situação que por vezes aparece, ou na comunicação social, ou nas redes sociais. Recentemente numa entrevista dada pelo senhor Presidente da Junta, a um órgão da comunicação social, entrevista que democraticamente fez e disse o que queria e como bem entendeu, não vou aqui discutir não vou aqui referir-me se concordo, concordo com algumas coisas, discordo com a maioria. Aquilo que eu tenho que defender é uma justiça em relação a uma determinada situação. Hoje é a vigésima segunda Assembleia Municipal deste mandato, e há aqui uma situação que muitas vezes nas redes sociais, e em entrevistas, que aparece como um caso não bem resolvido, por parte da Junta de Freguesia, chama-se Acordos de Execução. Eu quero dizer que, quando no primeiro dia pós eleitos, me sentei com o executivo da Junta de Freguesia de Sardoal, aquilo que nós tentamos perceber é, como é que vamos nos relacionar, como é que vai ser daqui para a frente e aquilo que foi um princípio que eu assumi e que concordamos foi, eu por mim, disse, senhor Presidente, continuamos a fazer tudo aquilo que fazíamos, da mesma forma que fazíamos, como fizemos com o anterior executivo da junta, sendo certo que o anterior executivo da junta era da mesma cor política que a minha, da mesma cor política da Câmara Municipal, que eu represento, mas apesar de agora estarmos em cores diferentes,

eu quero, eu gostaria que mantivéssemos tudo aquilo que foi feito as coisas, e mantivemos, a esmagadora maioria das coisas, esse foi sempre o princípio, inclusivamente os Acordos de Execução, inclusivamente, por exemplo, o espaço que a Junta de Freguesia tem, que é da Câmara Municipal, que não paga renda e muito bem, porque já assim o era no mandato anterior, não era por mudar a cor política que nós íamos mudar, até porque nós não estamos aqui para servir cores políticas, estamos aqui para servir o Sardoal, os Sardoalenses, os cidadãos sejam eles de que cor política for.

De qualquer das formas, eu não posso deixar de fazer uma referência aos Acordos de Execução, porque ainda recentemente foi dito ainda e, depois no seguimento daquilo que foi dito numa reunião de Câmara há cerca de um mês, em que a Câmara Municipal foi acusada de força de bloqueio da Junta de Freguesia, eu, nestes últimos dias fiz uma leitura a todas as atas da Assembleia Municipal em nenhuma das atas encontro alguma referência, alguma queixa, alguma reclamação por parte da junta de freguesia, alguma acusação em que a Câmara esteja a funcionar como força de bloqueio da Junta de Freguesia.

Eu julgo que se alguma destas coisas existissem, não é na comunicação social, não é das redes sociais, era aqui que elas deviam ter sido ditas, e no final de 22 reuniões da Assembleia Municipal nunca, nada, foi dito sobre esta matéria, muito pelo contrário, muito pelo contrário, os Acordos de Execução que pelos vistos não estão de agrado da Junta de Freguesia de Sardoal, nunca foram postos em causa. Os Acordos de Execução não são obrigatórios por lei, há muitas Câmaras Municipais, e algumas aqui bem perto de nós, que não têm Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia. Se a Junta de Freguesia de Sardoal considera que os Acordos de Execução que tem, são prejudiciais para a sua Junta, só tinha uma coisa a fazer, ou dizer, nós só assinamos este Acordo de Execução se ele for feito nestes termos, isto nunca foi feito, ou então dizer, nós não concordamos com esses Acordos de Execução, por isso não os queremos, isto nunca foi feito, muito pelo contrario, todos os anos aprovamos os Acordos de Execução na Assembleia Municipal por unanimidade, nas Assembleias de Freguesia por unanimidade e pelas Câmaras Municipais por unanimidade, estivemos sempre de acordo com os Acordos de Execução, volto a dizer, foram sempre aprovados por unanimidade. Não me parece que seja boa cultura democrática depois nada dizer nada, pôr em causa sobre esses acordos de execução e depois dizer que não servem ou têm cláusulas que não servem como por exemplo, os Acordes de Execução não permitem que a Junta de Freguesia faça a limpeza do interior da Vila, do centro histórico da Vila de Sardoal, que está muito sujo, não está muito sujo, é

um erro, é um engano, só quem não passa nas ruas velhas do Sardoal, na zona histórica é que pode dizer que a zona histórica esta suja. Tem ervas, claro que tem ervas, não conseguimos cortar as ervas ao ritmo que elas crescem, antigamente utilizava-se um produto químico, que é proibido em parques e é proibido em zonas junto às escolas, mas nós fomos mais longe, apesar de ser possível aplicar o bifusado ou produtos à base de bifusado, nas ruas velhas, na zona histórica, nós optamos por não o fazer, apesar da lei o permitir, foi uma opção nossa, não o quisemos fazer, mas isto tem um custo, tem um preço, as ervas crescem mais rapidamente, as ervas não são queimadas como o eram há uns anos atrás, as ervas não são queimadas como também fazemos, fora da zona urbana, esse é o preço a pagar, mas também, a bom da justiça e do rigor, há aqui algo muito importante que eu vou ter de recordar é que, os Acordos de Execução, é um instrumento de parceria com as juntas de freguesia, que vem de há muito tempo, mas os senhores sabem que agora existe um outro modelo, que se chama transferência de competências, ora, a câmara pode transferir um conjunto de competências que inclui a gestão e manutenção de todos os espaços verdes, a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, a manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado no espaço público com exceção daquele que seja objeto de construção, a gestão e manutenção de feiras e mercados, a gestão e manutenção de uma data de coisas, ou seja, a utilização e ocupação da via publica, é tudo um conjunto de descentralização, no âmbito da descentralização de competências, da delegação de competências, que a Câmara pode passar para as Juntas de Freguesia, e o que é que acontece, acontece que em julho de 2019 eu reúno com todos os senhores Presidentes de Junta de acordo com a legislação, para dar início ao procedimento da delegação de competências e a minha intenção era, senhores Presidentes de Junta, vamos começar a fazer este processo de delegação de competências, estão aqui as competências, vamos ver, primeiro, os senhores têm que dizer se querem ou não e depois vamos ver em termos de recursos humanos e recursos financeiros como é que vamos trabalhar tudo isto. No dia da reunião e, não entendam com isto nenhum juízo de valor que eu esteja a fazer, no dia da reunião nem todas as Juntas de Freguesia estiveram presentes, a Junta de Freguesia de Sardoal não esteve presente, nem se fez representar o senhor Presidente de Junta, mas nem por isso deixamos de comunicar e depois eu escrevi ao senhor Presidente de Junta dizendo, senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal, no passado dia 19, convidei os senhores Presidentes de Junta para uma reunião, no sentido de podermos em conjunto analisar a possível delegação de competências das câmaras nas juntas de freguesia, não

tendo o senhor estado presente na referida reunião, queira v. exa. informar se já foi tomada alguma posição por parte da Junta de Freguesia que preside sobre esta matéria, estarei disponível para uma nova reunião, ficando a aguardar o seu contacto, os melhores cumprimentos, ora, isto foi a 24 do 6 de 2019, no dia 24 do 6 de 2019, eu enviei às 08h08m, no mesmo dia 24 do 6, recebo a resposta da Junta de Freguesia de Sardoal, dizendo assim, exmo. senhor Presidente da Câmara Municipal de Sardoal, a Junta de Freguesia decidiu o seguinte, não aceitar a transferência de competências previstas no número 1, do artigo 2 do decreto-lei nro. 57/2019 de 30 de abril, ao abrigo do disposto no nº 2, do artigo 12, do citado diploma, submeter a presente proposta à Assembleia de Freguesia, comunicar à Direção Geral das Autarquias Locais, a não aceitação da transferência de competências no ano 2019, e foi isto que aconteceu.

A Junta de Freguesia de Sardoal, só não trabalha, só não intervém na zona histórica, só não faz mais do que aquilo que está a fazer, não é porque a Câmara Municipal seja força de bloqueio é única e simplesmente porque não aceitou a delegação de competências.

É o dia-a-dia desta nossa vida, também estranho que todo este processo, há quem acuse algumas pessoas, alguns políticos, de só fazerem obra nas vésperas de eleições, mas também há quem acuse outros políticos de só levantarem os problemas nas vésperas das eleições.

Volto a dizer, tivemos 22 Assembleias Municipais, eu tive o cuidado de ler todas, julgo que nada me escapou e que nunca em tempo algum este assunto de boicote, seja do que for, ou de falta de colaboração ou de falta de parceria existiu. Mais, volto a dizer, aquilo que é hoje criticado, os Acordos de Execução, da Câmara com as Juntas de Freguesia, foram todos eles aprovados por unanimidade em todos os órgãos." -----

Tomou a palavra a senhora deputada Patrícia Silva que referiu "Quero, depois de ouvir esta intervenção do senhor Presidente, que não me pareceu que tivesse culpa de alguma questão sobre isto, mas de qualquer das formas quero começar por dizer, respeito, senhor Presidente, onde é que há respeito institucional, para o senhor Presidente, tira uma foto à frente, à entrada da Junta de Freguesia e a expõe na comunicação social fazendo gozo com o Presidente de Junta e com a forma de trabalhar da Junta de Freguesia, portanto, onde é que há aqui respeito, deixo à consideração da consciência de cada um.

Relativamente ao Acordo de Execução, quando o senhor Presidente referiu que teve uma reunião com o executivo, eu estive presente nessa reunião, lembro-me perfeitamente de haver aqui, salvo erro, três funcionários, da Junta de Freguesia, que estavam ao serviço, eram pagos pela Junta e estavam ao serviço do Município, e nós tínhamos um funcionário

que era pago pelo Município, ao serviço da Junta de Freguesia, foi uma situação que depois foi tratada, mais tarde e foi até ao final dos contratos, depois ficou resolvido.

Relativamente a forças de bloqueio, pois, não sei, quando nós começamos a fazer reabilitação da Fonte Vale do Porto e tivemos de parar a meio, fomos acusados de não ter de a fazer, ou quando propusemos a identificação das igrejas e das capelas, e final essa identificação seria o município a fazer e afinal já se passaram 4 anos e não está feita, as beateiras quando foram colocadas, fizemos a proposta de as colocar em todos os espaços da freguesia e não foi possível fazer, só pudemos fazer nos espaços em que a Junta tem acesso, ou que são da Junta de Freguesia, propusemos e pusemos ao dispor o aspirador urbano que também não quiseram, mas isso é como o senhor Presidente diz, são opções. Pronto deixo a consideração de cada um, esta análise também, e é só." -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo "Eu não consigo entender, não consigo perceber onde é que está o mal quando alguém tira uma fotografia de um horário que está num placard de uma Junta de Freguesia e partilha, não percebo o que é que se passa nem sei o que é que a senhora se está a referir em relação a isso. Na verdade, recordo-me de ter sido uma situação algo caricata, o facto de o horário da Junta ser de manhã encerrado e à tarde encerrado, e ser esse o horário de verão, não sei qual é o problema que isso tem, porque o horário estava lá, realmente essa foto foi partilhada por várias pessoas também me chegou a mim essa foto e na verdade tirar uma fotografia, quem quer que a tenha tirado, sobre uma coisa que está exposta na Junta de Freguesia, não vejo qual é o problema.

Deixe-me que diga outra coisa também, a questão das beateiras é uma questão muito simples, há coisas que são da nossa competência, e se é da nossa competência, nós temos o direito de decidir sobre elas e aquilo foi proposta da Junta de Freguesia de uma beateira, nós não gostamos nós não concordamos, nós achamos que aquela proposta que os senhores estavam a fazer não se enquadra absolutamente nada com aquilo que é o nosso mobiliário urbano, com aquilo que é a nossa zona histórica, é um direito, é uma opção, exercemos esse direito de dizer não concordamos estamos à espera de uma outra solução que se enquadrará, já não sei os termos em que foi dito, que se enquadrará melhor dentro daquilo que é a nossa zona histórica e quando encontramos essa solução, ao senhor Presidente de Junta darei conta e aquilo que o senhor Presidente de Junta fez foi, nem sequer esperou eu tivesse dado conta, disse, está bem então vamos pôr naquilo que são os nossos espaços, o executivo da junta de freguesia tem todo o direito de achar que aquela beateira que queria colocar é mais bonita do que o vaso que nós colocamos, nós achamos

que o vaso era mais bonito, e há aqui uma questão que não é delegação de competências, é um direito que é nosso.

Em relação à fonte, a lei é bem clara em relação aquilo que é a competência de uns e a competência de outros, e a Junta de Freguesia não tinha a competência nem tinha sequer o direito de chegar ao pé de uma fonte e descaracteriza-la completamente, nós fomos chamados à atenção em relação a essa matéria, por técnicos, aquilo que a Junta estava a fazer, que não devia ter feito, não pode fazer, porque a fonte é da Câmara Municipal, a Junta não podia chegar lá e a seu bel prazer descaracteriza-la completamente, era isso que estava a fazer, então, eu tenho um parecer técnico, porque alguém me informou, detetou, se preocupou com isso, dizendo, o fontanário supra, estamos a falar da Fonte Vale do Porto, trata-se de equipamento de utilização coletiva, cujo principal objetivo foi o fornecimento de água pública, depois de algumas considerações, a intervenção que recentemente foi efetuada a qual constitui na picagem do reboco de alvenaria de pedra, põe a descoberto a totalidade de qualidade das juntas argamassadas. Visto que até à data não foi repostado o reboco, importa alertar para o facto de se permanecer nesta forma a edificação ficará bastante fragilizada por falta de proteção das argamassas de ligação, ao longo dos tempos as juntas agora postas a descoberto irão sofrer erosão a qual conduzirá à degradação dos elementos constitutivos com a consequente ruína de edificação.

Estas coisas, quando se intervém nestas matérias, não é só por dizer que é mais bonito ou que é mais feio, desta ou daquela forma, tem de se pedir a opinião a quem percebe, e nós não vamos intervir seja o que for sem perguntar aos nossos arquitetos, engenheiros, sem pedir o apoio deles, os Senhores podiam tê-lo feito, sempre que quiseram.

A questão da fonte é esta, é simples, é nossa competência. A questão das beateiras, estamos a falar de mobiliário urbano, nossa competência, a questão da limpeza, foi o acordo que tivemos e que os senhores nunca contestaram, de qualquer das formas, volto a dizer, foi preciso chegarmos à vigésima segunda reunião da Assembleia Municipal, para os senhores se pronunciarem sobre estes assuntos." -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo " Só para lembrar todos os presentes que estamos numa Assembleia Municipal, eu ouvi que há interesse em discutir todos os assuntos, mas que são pedidos ou colocados pelos membros da Assembleia Municipal e fazer da Assembleia Municipal um jogo de ping pong, de julgamentos sobre atividades de entidade A e entidade B, não sei, sinceramente, não sei se será o momento.

A propósito dos convites, quero só lembrar que não quero de forma nenhuma julgar a opção que foi tomada, mas, é vulgar, para não dizer que ocorre sempre, que uma das Juntas de Freguesia do nosso concelho, sempre que faz algum evento ou sempre que há alguma Associação e pede ao senhor Presidente da Junta para formalizar convites para inaugurações, os Vereadores do Partido Socialista, nunca são convidados, nem formalmente nem informalmente, diria eu, que já passaram anos suficientes sobre 25 de abril para todos podermos ultrapassar estas questões e percebermos que a oposição nem sempre são os bichos papões, e, várias vezes, na Assembleia Municipal, em conjunto, fizemos coisas muito boas, e não é por termos opiniões divergentes, em muitos pontos, que não conseguimos corrigir noutros e portanto, acho que apesar de estarmos no final do mandato, mas é bom que toda a gente tenha consciência disto, democracia é também respeitar, e respeitar também está neste ponto, portanto não quero incendiar por assim dizer, os ânimos, antes pelo contrário, mas façamos da Assembleia Municipal uma Assembleia Municipal e não uma reunião da pessoa A, ou da pessoa B.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “*Eu não consigo atingir o alvo de alcance da intervenção do Senhor deputado Adérito Garcia, já não é a primeira vez, eu gosto de falar com pessoas os sítios certos, olhos nos olhos, o único local que eu tenho para falar discutir com as juntas de freguesia é nas Assembleias Municipais, e este é local que julgo que a democracia me permite, é claro que é local em que os senhores estão para escrutinar aquilo que é o trabalho do executivo, mas também é o local que o executivo tem para esclarecer os senhores deputados, principalmente quando vem na comunicação social algumas questões em que eu acho que, eu até acho mais, por isso é que só falei no fim do período antes da ordem do dia, porque eu acho que perante aquilo que saiu na comunicação social, perante aquilo que tem saído, não haveria necessidade de ser eu a dar este primeiro passo, perdoem-me, mas se calhar deviam ter sido os senhores deputados a perguntar e a questionar porque é que aquilo lá está, porque é que afinal a Câmara Municipal é força de bloqueio da Junta de Freguesia, mas os Senhores não o fizeram, durante 22 reuniões nunca o fizeram, recentemente, mais uma vez, volta este assunto a vir à carga por diferentes formas Eu sei que provavelmente durante amanhã, nos próximos dias, terão outro tipo de esclarecimentos nas redes sociais, mas eu acho que aqui é que as coisas se fazem, olhos nos olhos, e acho que perante aquilo que é dito da atuação desta Câmara, perante aquilo que é dito nos órgãos públicos e publicamente, perante aquilo que é dito, sobre a atuação do Presidente de Câmara, é a obrigação dos senhores Deputados, neste espaço, questionarem o Presidente de Câmara sobre isto. Eu*

entendo que os deputados do PSD não quisessem fazer, conhecem-me muito bem, sabem muito bem qual é o espírito que nós temos, agora, os Senhores do Partido Socialista, acho que tinham a obrigação e o direito de o fazer aqui, neste espaço.

Em relação aos convites eu quero que fique bem claro uma questão, quando os convites vêm para a Câmara Municipal, quem representa a Câmara Municipal, é o Presidente de Câmara, está na lei, não estou aqui a inventar nada, por isso, há muitas instituições que fazem o convite ao Presidente de Câmara, quando assim é o Presidente da Câmara que representa a Câmara Municipal, e representa todas as forças políticas que têm assento na Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal é, um Presidente e quatro Vereadores e quando o Presidente os representa, representa o Presidente e os quatro Vereadores, agora há outras situações em que as pessoas se dirigem ao Presidente de Câmara, dizendo, convidamos o executivo municipal, e os senhores sabem perfeitamente quando este convite vem extensivo ao executivo municipal, eu tenho todo o gosto em me fazer acompanhar pelos quatro vereadores deste executivo e é isso que eu faço e é isso que eu transmito, não digo que não possa haver um lapso, eventualmente durante estes 8 anos, eu de memória não tenho nenhum e se porventura aconteceu, lembro-me que houve um e pedi desculpa realmente e disse olhe a culpa foi minha mas eu não vi isto, foi tudo muito em cima, mas era uma coisa insignificante, com pouca com pouca importância, sei também que houve uma confusão muito grande, quando foi a presença do senhor Ministro da Educação que veio ao Sardoal, veio à escola, não era uma iniciativa da Câmara por isso o Presidente da Câmara entendeu que não era a ele que competia convidar as pessoas, mas neste sentido fiquem descansados porque há uma coisa que eu prezo muito, que se chama, cultura democrática, eu tenho mesmo muito gosto e acho que os senhores sabem disso e os senhores notam isso, tenho muito gosto em me fazer acompanhar e estar presente nestas cerimónias, com todos. Agora, quem convida tem as suas opções e tem todo o direito de convidar só o Presidente de Câmara, porque por si só representa o executivo, como o Presidente da Assembleia representa a Assembleia.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo “Só aqui dizer que o meu espírito tem sido este sempre, nós podemos esclarecer assuntos, aqui é o local para o fazer, aqui, ao contrario das redes sociais, nós que representamos os órgãos, podemos imediatamente a seguir a uma pergunta, fazer a resposta e é a melhor forma de todos perceberem o que é que cada um pensa acerca dos assuntos.

A representante da Junta de Freguesia, Patrícia Silva teve a oportunidade de responder às questões que o senhor Presidente lhe colocou, e disse exatamente aquilo que achava e as

peessoas tiram daí as suas conclusões, aqui é o espaço correto para o fazer, já não é noutros fóruns, porque aí as respostas não são dados, as perguntas não são feitas diretamente, olhos nos olhos, a Assembleia Municipal é para isto mesmo, não temos que ter aqui medos de conversas, de dizer alguma coisa porque é aqui que o devemos fazer, claramente e ainda por cima, podendo neste momento que toda a gente nos oiça e quem nos quiser ouvir.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia para dizer o seguinte “*Então das palavras que eu depreendo do senhor Presidente da Câmara e só para frisar o momento da inauguração deste Museu que foi inaugurado na Freguesia de Santiago de Montalegre, e muito bem, eu não tive o prazer de visitar, mas ainda bem que foi feito, parto do pressuposto que foi do senhor Presidente da Câmara que foi tomada a posição de convidar ou não se fazer acompanhar dos Vereadores Socialistas.*

Sobre esta questão dos Acordos com as Juntas de Freguesia a questão de facto foi colocada na Câmara Municipal e à partida terá ficado esclarecida, aquilo que nós não entendemos é porque é que o senhor Presidente não foi questionado, se já tinha ficado esclarecida, porque é que o senhor Presidente agora veio falar no assunto, mas pronto não vamos também alimentar mais, e acho que as pessoas já ficaram suficientemente esclarecidas.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “*Senhor deputado, o senhor não percebeu aquilo que eu disse em relação ao convite. Eu recebo um convite feito ao Presidente da Câmara, foi o Presidente que foi convidado, não foi o executivo e quando é o Presidente que é convidado, o Presidente representa o executivo, quando as entidades querem convidar o executivo, convidam o executivo, eu peço ao meu gabinete para partilhar esse convite pelos todos os senhores Vereadores, o meu Vice-Presidente não foi, eu não disse para transmitir, nem transmiti ao meu Vereador Pedro Rosa, porque foi um convite feito ao Presidente Câmara. Estamos a convidar o Presidente de Câmara para esta cerimónia, quando convidam o Presidente de Câmara, o Presidente de Câmara vai, quando convidam o executivo, o Presidente de Câmara transmite ao executivo, sempre foi assim, não criemos aqui nesta altura agora uma falsa questão.*

Não foram discutidos os Acordos de Execução nesta reunião que se passou há um mês atrás, foram discutidos sim situações em que a Câmara Municipal era força de bloqueio da Junta de Freguesia, algumas coisas já respondi, outras gostaria que aqui fossem mais acentuadas, eu acho que estas coisas também devem ser feitas e devem ser postas em questão e muito bem, e pelos senhores Vereadores do Partido Socialista que têm toda a

legitimidade de fazer as perguntas que quiserem, como quiserem, e durante o tempo que quiserem mas, eu queria que aqui, na Assembleia que é o sítio onde da Junta de Freguesia de Sardoal tem assento, onde se aprova os Acordos de Execução, que também este assunto fosse falado, não percebo qual é o problema de ter trazido esta questão aqui, o que eu gostaria mesmo, é que a nossa cultura democrática fosse tão grande, para que eventuais respostas que hoje não tivessem sido aqui hoje dadas ou não tivessem sido por mim dadas, não aparecessem amanhã ou depois de amanhã nas redes sociais, ou por elementos que aqui estão ou por interpostos sites que alguns deles nem se sabe quais são a origem deles e quem são os detentores, isso é que eu lamento, que se tente fazer, que se tente puxar o debate político noutros locais que não o local onde eles verdadeiramente devem ser feitos. Eu não gosto de muita coisa que vejo sobre o política municipal concelhia nas redes sociais, e aquilo a que me estou a referir não é só aquilo que vejo do Partido Socialista ou supostamente de pessoas que defendem o Partido Socialista. Eu também não gosto daquilo que vejo de pessoas que defendem o PSD e da forma como estão a defender o PSD, não gosto, mas as pessoas têm liberdade de o fazer e algumas dessas pessoas até não têm assento nestes órgãos, têm liberdade, agora eu não gosto do que vejo, vindo de defensores de um lado ou defensores de outro, eu não me revejo nesta forma de fazer política.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António, referindo “*Vou ser muito rápido, mas de qualquer das formas, queria relembrar aqui que nos últimos mandatos da Assembleia Municipal, nós, deputados do PSD, nunca questionamos o facto do tempo que é utilizado pelo Partido Socialista, que, de cordo com o Regimento é metade do nosso, praticamente metade, nós nunca questionamos isso, o Partido Socialista sempre falou o que entendeu e nunca foi pela nossa parte nem pela parte do Presidente da Assembleia, alguma vez, alguma coisa, ficasse por dizer, também não é agora, também não é hoje que vai ficar. Eu tinha uma intervenção preparada relativamente ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal que não a vou fazer porque ele não está presente, eu gosto de falar na cara das pessoas e a pessoa que o está a representar não tem de estar a levar comigo porque não tem nada a ver com a matéria que eu trazia aqui comigo, então devo dizer-vos o seguinte, e para quem não saiba a Freguesia de Sardoal e a Vila do Sardoal, há quatro anos atrás já existia, já existia tudo, tudo o que poderá ser feito agora pela Junta de Freguesia de Sardoal, o antecessor também já o fazia, não vejo aqui o que é que está a mais, o que está a menos, o que é que está bem ou o que é que está mal, a única coisa que*

está mal é o facto de a Junta de Freguesia não colaborar, não querer partilhar com a Câmara, não se entenderem, isso é outra questão.

Talvez não saibam, a maioria dos deputados que estão aqui, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal, não é a primeira vez que acontece no concelho de Sardoal uma Câmara PSD e uma Junta de Freguesia PS, isso já aconteceu, em 1993 fazia eu parte da Assembleia de Freguesia de Santiago de Montalegre, o Presidente era PS em Santiago de Montalegre, os Valhascos também era, mas falo por Santiago de Montalegre, aquilo que tenho conhecimento o Presidente da Câmara era PSD mas não foi por isso que deixou de se fazer se calhar o maior edifício de junta que existe no concelho, portanto houve partilha, houve entendimento, sempre se falou, o Presidente da Câmara embora sendo PSD nunca pôs de parte as ideias do Presente da Junta e era PS e vice-versa e assim se conseguiu fazer de facto o obra que hoje está lá feita independentemente das cores serem diferentes, penso que se tentasse fazer alguma coisa hoje na freguesia do Sardoal isso seria quase impossível, portanto acho que vamos ficar por aqui não vale a pena estar a bater mais, depois amanhã como já foi aqui dito, as redes sociais são invadidas e nós estamos cá para responder se entendermos que o devemos fazer, se entendermos que não o devemos fazer, vamos falar, como disse o Adérito Garcia e muito bem, na próxima Assembleia Municipal é para isso que elas existem para confrontarmos ideias é para falarmos e embora não seja para haver impasses, de qualquer das formas é o local próprio para as pessoas falarem, para as pessoas se entenderem." -----

Ordem do Dia

1.Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “Eu estou disponível para qualquer questão que os senhores deputados queiram questionar. De qualquer das formas eu realçava e, tem a ver até com a prestação de contas, que iremos falar mais à frente, dizer que tivemos uma redução em relação a 31 dezembro de 2020, tivemos uma redução da dívida de 1 003 milhões de euros, ou seja nestes primeiros 6 meses do ano reduzimos 1 003 milhões de euros da dívida, realmente é um valor significativo, tem a ver também com aquilo que irei dizer mais à frente, com dinheiros que recebemos também para pagar obras que estamos a fazer, quando digo obras, digo investimento, digo quadros comunitários, dinheiro que nós estávamos à espera de receber e vamos pagando, a redução da dívida foi de 1,3 milhões de euros.

Estou disponível senhores deputados para qualquer questão que queiram apresentar e que possa esclarecer, na questão contabilística temos o dr. Nelson, chefe de divisão administrativa e financeira, que poderá dar algum esclarecimento técnico, sendo certo que os meus terão de ser obrigatoriamente políticos, sobre as decisões políticas." -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento. -----

2.Suspensão de taxas e tarifas Covid_19;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo "*Tem a ver com aquilo que nós temos andado a fazer aprovada também na Câmara Municipal que tem a ver com a suspensão das tarifas e um conjunto de taxas no âmbito do Covid, a lei permite que assim o façamos, eu quero recordar que o município de Sardoal foi dos poucos municípios que nunca interrompeu este apoio desde março do ano passado, é um valor substancial, um valor que tem algum peso no nosso orçamento mas também entendemos que é um valor fundamental para o nosso comércio ou seja, a suspensão de taxas, das tarifas por exemplo dos resíduos sólidos, do saneamento e da água para os consumidores não domésticos, para as IPSS's, para o comércio local, julgamos que é um fortíssimo apoio para a retoma ou para minimizar o impacto desta situação Covid.*

Aquilo que se propôs em Câmara Municipal e que foi aprovado, foi que se prolongasse o prazo, até final de outubro deste ano." -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia para referir "*A questão que tenho para colocar é muito simples, sei que esta questão já foi colocada na reunião da Câmara Municipal, mas podem alguns senhores Deputados não terem tido oportunidade de assistir ao vivo, exatamente qual é o valor que neste ano e meio, digamos assim, de pandemia, quanto é que isto já empatou em termos de receitas na Câmara Municipal, receitas não cobrados, há-de haver algumas despesas que também foram tidas, perceber no caso das taxas qual é o valor estimado que deixou de ser cobrado." -----*

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que "*É claro que podemos depois verificar, está na prestação de contas, o valor referente ao ano de 2020, mas em relação a este ano, à volta dos 38000€ só em tarifas deste apoio, mas se quisermos, em relação ao ano anterior, venda de bens e serviços, 85000€, tivemos um total de redução de receitas de 96861€ em relação ao ano anterior e também em relação à receita não cobrada, também um conjunto de despesas, o que dá um impacto total no âmbito Covid, de 229000€ em relação ao ano 2020, este ano como disse, só as tarifas andam à volta dos 37/ 38000€ mais algumas isenções que estamos a fazer, por exemplo, recentemente também alargamos*

aos carros de aluguer, aos taxistas, tinha-me esquecido e em boa hora e falamos nisto, não sei se chega esta informação, andar, grosso modo, à volta de 38/ 40000€.” -----

No âmbito nro. 3, do artigo 2º da Lei nº 4-B/2020 de 06-04-2020, na sua atual redação, nomeadamente no nro. 3 seu artigo 2º e, considerando as deliberações tomadas pela Câmara e Assembleia Municipal referente à isenção de taxas e tarifas no âmbito da Covid_19, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a concessão dos apoios até 31 de outubro de 2021. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

3. Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação - Exercício de 2020 – Aprovação;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo *“É um documento essencialmente técnico, que nos compete aqui aprovar, não sei se os senhores Deputados quiserem algum pedido de esclarecimento, terei todo o gosto em dá-lo, ou o chefe de divisão.”* -----

Considerando o disposto na alínea i) do nro.1 do artigo 33º da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, bem como o nro. 2 do artigo 27º do mesmo diploma, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, com dezoito (18) votos a favor, aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

4. Proposta da Conta de Gerência do ano de 2020;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo *“Permitam-me que tenha uma palavra para todos os funcionários do município que tiveram esta árdua tarefa em mãos, esta passagem do POCAL para o Sistema de Normalização Contabilística, não foi fácil como já tive oportunidade aqui de referir, houve grandes entraves, dificuldades técnicas enormes, da própria AIRC que é quem gere o programa informático, mas mesmo assim foi um trabalho árduo que eu fui acompanhando, fui testemunha e daí uma palavra de saudação a todos estes trabalhadores que se empenharam em ter aqui esta nova experiência, de acordo com a legislação do Sistema de Normalização Contabilística.*

Em relação à nossa Prestação de Contas, há muita matéria para dizer, há aqui muito assunto para referir. Começaria por dizer que de uma maneira global, são os resultados e é

verdade que começamos logo por ter aqui um resultado líquido do exercício negativo, de 727561,02€, é logo um resultado, que em nada comparado com aquilo que nós temos tido, mas é facilmente justificável, por aquilo que são as políticas contabilísticas nacionais daquilo que foi a transição do POCAL para o Sistema de Normalização Contabilística, no fundo este resultado líquido do exercício é diferente entre ganhos e gastos, se tivermos em consideração que temos ganhos no valor de 5995 milhões de euros e gastos no valor de 6723 milhões de euros, temos aqui este resultado líquido do exercício negativo, de 328000€ mas é importante que se perceba porque é que isto acontece, há aqui esta alteração e esta alteração que faz com que por exemplo, a entrada no sistema de normalização contabilística aquilo que era a vida ativa dos bens, ou seja, edifícios e outras construções, há uma diminuição da vida ativa e essa diminuição da vida ativa originou que as taxas de depreciação aumentaram, isto tem automaticamente o reflexo neste resultado líquido do exercício, a taxa de depreciação aumentou e esse aumento teve um impacto nas nossas contas logo de menos de 150000€.

Em relação aos custos também houve uma alteração, aquilo que seria os rendimentos que no período seriam à volta de 6,7 milhões de euros, mas nestes rendimentos que estamos a falar temos o resultado de 6,7 milhões de euros e aqui então seria esta diferença de 150 mil euros. Também na ótica dos ganhos, em 2020, tivemos aqui uma alteração dos proveitos na ordem dos 711000€ que antigamente ia a proveitos ou seja que é a soma do FEDE com o artigo 35 da Lei 73, mas que ia a ganhos e agora vai diretamente para património, o facto de não ir a ganhos e ir diretamente a património tem este impacto, ou seja, temos aqui um aumento por um lado de mais 711000€ e por outro lado uma diminuição de 150000€, se não houvesse esta alteração do resultado líquido nas políticas contabilísticas, o nosso resultado líquido do exercício em relação aquilo que, ou seja, projetado para o POCAL teria o resultado líquido do exercício positivo de 133000€. Houve também aqui uma diminuição com os custos do pessoal e essa diminuição de custos de pessoal também tem aqui implicação, no valor de 124000€ e houve também um aumento dos subsídios, estes subsídios têm a ver com a Comunidade Intermunicipal no âmbito da CIMT no valor de 23000€, também o reflexo dos 55 mil euros de isenções e tarifas não domésticos, faz com que nós, perante esse sistema contabilístico tenhamos um resultado líquido negativo de 728000€ e de outra forma não seria, ou seja, volto a dizer, no POCAL teríamos um resultado positivo de 150000€, que seria melhor do que aquele que tivemos em relação ao ano anterior. Este é um aspeto, também tivemos um aumento da dívida de 346000€ mas este aumento da dívida também é facilmente justificável porque tivemos um conjunto de

faturas, por exemplo, relacionados com o obra da escola em que esse conjunto de faturas fez com que houvesse um aumento da dívida porque não houve possibilidade de as pagar porque diziam respeito ao último trimestre do ano 2020 e esse conjunto de faturas, estamos a falar num valor de 707000€, também tínhamos a receber um valor, que era dinheiro que estávamos à espera e que viria dos fundos comunitários, teríamos também um valor de 60000€ do talude, ainda da reposição dos taludes referentes aos incêndios de 2018, e também do Projeto PEDIME 60000 euros, ou seja, se nós recebêssemos este valor, que tínhamos direito a ele e estava previsto, fazia parte das nossas contas, isto dá um total de 880000€, descontando os 341000€ do aumento da dívida, teríamos uma diminuição da dívida no valor de 539000€.

Também posso dizer que pagamentos em atraso a mais de 90 dias não temos, o prazo médio de pagamento são 97 dias gostaríamos muito de reduzir este prazo médio de pagamento, sim, mas sabemos porque é que ele não é feito e também aproveito agora, de uma forma geral, dizer que podíamos ter feito as contas de outra forma, mas se as fizéssemos, ou seja, podíamos apresentar outro resultado contabilístico, mas isso implicaria o não investimento, a que não tivéssemos as atividades que tivemos o ano passado, a que não arriscássemos naquilo que são oportunidades que muitas vezes são únicas dentro do quadro comunitário, nós tivemos a oportunidade, fizemos candidaturas algumas delas só recentemente foi dado o parecer positivo, só recentemente foram dadas as respostas, como por exemplo, aquela questão que a senhora Deputada Patrícia, em representação da junta, disse, e muito bem, está a demorar muito tempo as placas identificativas das Capelas e igrejas, sim, faz parte do projeto do centro de interpretação da semana Santa do património religioso, é um projeto que começou há 4 anos, é verdade 4 anos e tem-se andado a arrastar não é por culpa da Câmara, é porque as decisões do quadro comunitário, as decisões das candidaturas têm sido, algumas delas, tardias, no caso desta, da Capela que terminamos recentemente, também tem inscrição neste relatório de contas de 2020, era um projeto à volta de 300 e pouco mil euros, dos quais foi o projeto aprovado mas uma parte, uma componente daquilo que é o Centro de Interpretação da Semana Santa, foi considerado despesa não elegível, ou seja, é um projeto no âmbito do Plano de Ação para a Regeneração Urbana, o qual é um projeto que está mais direcionado para a obra de construção civil ou de recuperação tudo o que é produção de conteúdos, foi aprovado mas sem dotação financeira, por isso tivemos que incluir, porque este quadro comunitário permite que possa ser multifundos, tivemos de incluir e esperar uma outra oportunidade, estamos a falar de cerca de 160000€, outros

conteúdo destas Igrejas e Capelas conforme disse, que esperar por outro programa e incluir então no PDR 2020 e está já neste momento aprovado, e na produção de conteúdos.

É claro que não podemos ignorar de forma nenhuma aquilo que é o ano de 2020, foi todo ele um ano Covid, que tem claro, eu não escondo aqui de forma nenhuma, que também houve um conjunto de despesas que não as tivemos, é verdade, e posso dizer que este conjunto de despesas, se, aquilo que foi as não receitas e as despesas que tivemos no âmbito do Covid andaram à volta dos 229000€, aquilo que foi as atividades que nós não fizemos, também andaram à volta dos 70/80000€, falo nas festas do concelho, a viagem dos jovens, o festival de jazz, e outras mas com menor expressão financeira do que estas, agora também é importante referir que foi um ano, apesar de ser um ano Covid, onde tivemos muita imaginação, houve muito trabalho, muito investimento, houve novidades também, por exemplo posso dizer aquilo que foi por exemplo um ano em que tivemos uma parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, precisamente no âmbito da valorização das carreiras, no âmbito das certificações, reconhecimentos e validações de competências dos nossos trabalhadores, também em estreita colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, de uma forma genérica foi instalado o ponto de atendimento deste organismo na nossa Loja do Cidadão, foi um conceito que nós criamos, não me canso de repetir, a nossa loja do cidadão tem o balcão multiusos e aquilo que era uma Loja do Cidadão que parece que já ali estava todos os anos, ou que parece que sempre existiu, mas não, fomos nós que a criamos, fomos nós que arriscamos, fomos nós que dissemos sim, queremos avançar com a loja do cidadão e se bem reparardes, muitos dos colegas estão agora a dar início ao processo ou muito recentemente tiveram a inauguração das lojas do cidadão, porque na altura em que nos foi proposto, nós arriscamos, e nós avançamos sem medo, e hoje criamos uma nova centralidade e não só criamos uma nova centralidade como criamos um conjunto de respostas, não só não perdemos o conjunto de serviços públicos de proximidade, sejam eles do estado, sejam eles de outras entidades, que era algo que caía permanentemente sobre a nossa cabeça, esse receio do perdemos, não só não o perdemos como também criamos novos serviços, novas respostas, esta resposta, por exemplo não tínhamos no nosso concelho e passamos a ter os serviços também do Instituto de Emprego e Formação Profissional. É claro que há um conjunto de serviços que não se justificam estar todos os dias da semana no nosso território, no nosso concelho, e digo território porque a nossa Loja do Cidadão tem uma abrangência geográfica que vai muito para além dos

nossos 92 km², por isso é importante quando as vezes dizemos que não há progresso, uma Loja do Cidadão como aquela que nós temos faz parte, e bem, do progresso. Também instalamos o Gabinete de Apoio ao Imigrante, um gabinete muito importante, e que já tem ajudado muito certas situações daqueles que nos têm procurado, pessoas que têm problemas desde as aposentações e outras coisas mais, a implementação do Muni Sardoal, uma ferramenta que começa a ser muito utilizada, uma ferramenta de comunicação com os nossos munícipes e os munícipes connosco, uma boa ferramenta que levantou algumas dúvidas no início, mas isso é normal e nós sempre achamos que com o tempo as dúvidas iam sendo dissipadas e que as pessoas iam utilizá-las e é uma boa ferramenta de comunicação, pena é que infelizmente ainda há muitas pessoas que não utilizam estas novas tecnologias, estes meios de comunicação e estão dependentes, mas há sempre o neto, o tio, o cunhado, o vizinho que têm mais facilidade, ou o filho mais novo, que tem mais facilidade nessas novas tecnologias e então avança com muita facilidade.

No âmbito da Proteção Civil e Defesa da Floresta é claro que temos um trabalho que julgo que é inquestionável, é um trabalho de grande empenho, de grande dedicação e um trabalho que é um exemplo, a nossa proteção civil, principalmente o nosso corpo de bombeiros, é um exemplo bem referenciado e com muito orgulho eu ouço falar em qualquer ponto do país sobre a nossa corporação de bombeiros, e muito recentemente os que acompanham também as reuniões de Câmara, tiveram conhecimento do voto de louvor que foi feito ao nosso Comandante pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, mas é claro que temos sempre de dizer e tenho sempre que falar em termos, quanto falamos em prestação de contas, e o resultado financeiro que a proteção civil tem, não é porque nós entendamos que estamos a falar de um mau exemplo, nada disso, nós somos um bom exemplo e acreditamos que nós é que estamos certos, de qualquer das formas, aqui uma injustiça muito grande, o facto de nós temos bombeiros no âmbito da administração local, faz com que tenhamos um custo que muitos vizinhos aqui ao nosso lado não têm, só há 25 corporações, só há 25 municípios deste país que têm bombeiros no âmbito da administração local, apesar desses 25 municípios, corresponder a praticamente 80% da nossa população, mas de qualquer das formas se eu vos disser que do total daquilo que é o investimento, é um grande investimento e um investimento diferenciador que o nosso Município faz o âmbito da proteção civil, no total do investimento de 946000€, 687000€ são correspondentes aos nossos Bombeiros Municipais, que com muito orgulho os temos e enquanto eu for Presidente Câmara

difícilmente mudará, a não ser por legislação. Nós temos um modelo ideal, que é o modelo misto, um modelo composto por homens e mulheres profissionais desta casa e ao mesmo tempo também, aqueles que voluntariamente, os verdadeiros voluntários que fora do seu tempo de serviço e dentro daquilo que é as suas disponibilidades de tempo livre, que podiam ir fazer outro tipo de trabalhos, ir jogar à bola, ou estar em casa, optam também por este trabalho e este modelo para nós é muito, muito importante e, custe o que custar nós iremos mantê-lo, e é injusto porque o Estado não reconhece esta importância, o estado financia territórios de associações humanitárias, e não financia territórios como o nosso que tem bombeiros no âmbito da administração local, por exemplo as EIP's, equipas de intervenção permanente, o estado financia em 50% as equipas de intervenção permanente, em muitas corporações de bombeiros sendo os outros 50% financiados pelos municípios onde esses corpos de bombeiros estão, no nosso caso não, nós também temos equipas de intervenção permanente porque temos homens e mulheres prontos permanentemente para dar resposta, mas esse encargo é assumido a 100% pelo nosso Município. É claro que também há uma verba que não está aqui contabilizada nestes números que é durante o dispositivo de combate a incêndios que a própria Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil transmite.

Não quero ser maçador, os senhores têm conhecimento dos documentos, dizer-vos que no âmbito das funções sociais, é claro, há aqui algo que para nós é bastante importante, há uma grande tendência em não referirmos, escola nova, a escola, uma boa fatia do nosso orçamento vai para aquilo que é uma aposta estratégica que é termos uma escola nova, assumida por este executivo, assumida ainda por mim enquanto Vice-Presidente, recordo que na minha primeira reunião, foi precisamente convencer os decisores políticos da importância estratégica para o nosso concelho daquilo que é uma escola nova por vezes achamos que é fácil, não é fácil, custa muito dinheiro e é um grande investimento, nas pessoas, no futuro é um investimento nos nossos cidadãos, também continuamos a apoiar todos aqueles apoios que nós damos em vários âmbitos, à natalidade, o apoio às crianças do complemento dos 5€ que é algo que nós damos porque queremos dar, é um projeto de iniciativa do município, 5€ por período, por aluno, também as refeições grátis até ao final do segundo ciclo, não é um projeto no âmbito social, é assim um projeto de incentivo para que as crianças e jovens, para que os pais destas crianças e jovens possam continuar a mantê-las noutra tipo de atividades e em momentos de crise momentos de maior dificuldade, não tenham que fazer opções e tirar o filho do inglês, da música ou do futebol porque isso tem o acrescento de custos, fizemos várias intervenções em vários

níveis naquilo que são os nossos equipamentos é claro que também foi o ano da transição para o abastecimento de água e saneamento, para a empresa Tejo Ambiente, continuamos com as bolsas estudo, este ano vamos novamente continuar com esse com esse projeto, há apoios que muitas vezes não se entendem, não se percebem, não são tão fáceis de identificar, mas são muito importantes, como é o caso da rede de escolas de excelência, a nossa escola tem uma parceria, que foi por iniciativa da Câmara com o centro de investigação da faculdade de ciências sociais e humanas da Universidade Nova de Lisboa, precisamente para melhorar a nossa qualidade de ensino e conjuntamente com tudo que tem aqui tem sido feito, ao longo de todos e o trabalho de toda a comunidade, podemos ver que a escola recebeu uma certificação. A requalificação da Capela de Nossa Senhora do Carmo, era muito, muito importante, como disse o ano passado foi um ano de forte impacto financeiro também naquilo que foi obra de construção civil.

Nós temos um plano estratégico para o turismo religioso, é um plano estratégico que está feito, há 3 ou 4 anos, que queremos cumprir e está a ser cumprido, é claro que este ano e meio de Covid fez com que as coisas não avançassem e, neste plano estratégico está realmente, todos estes nossos equipamentos, no caso da Capela Nossa Senhora do Carmo que sendo a única Capela que é pertença da Câmara Municipal, a Câmara Municipal tem obrigação de dar este exemplo de recuperação e não sei se todos os senhores Deputados já tiveram a oportunidade de passar por lá, é uma obra de fantástica no âmbito da recuperação daquilo que é o nosso património, gostaríamos muito, e tudo estamos a fazer, mas não depende de nós, em conjunto com os nossos parceiros, Santa Casa da Misericórdia, Fábrica da Igreja para conseguirmos também que outros monumentos. outro património muito importante e algum também na mão dos privados, somos parceiros, constituímos parceiros para andarmos à procura dessas soluções.

Continuamos a apoiar o associativismo, continuamos a apoiar aquilo que foi formas inovadoras que o associativismo arranjou para que alguns, aqueles que pudessem não parar, também é importante dizer que também foi um ano de recuperação deste equipamento, da piscina municipal, no programa Bem, programa de beneficiação dos equipamentos municipais, já está previsto há um tempo e na próxima quinta feira vamos ter a presença do Senhor Secretário de Estado da Modernização e Valorização do Interior, Dr. Jorge Botelho, que vai estar connosco, digo já que os convites foram feito considerando que estamos numa época Covid, peço desculpa por isso e julgo que todos compreenderão, a Câmara Municipal fez o convite aos senhores Presidentes de Junta, aos senhores Vereadores e ao senhor Presidente da Assembleia e julgo que não me estou a

esquecer de mais ninguém, compreenderão os senhores Deputados que não estamos em momento de estarmos todos presentes, em aquilo que é uma cerimónia, que é muito importante, porque estamos a falar de um grande investimento, apesar de termos um investimento de uma comparticipação de cerca de 180 mil euros, nós temos outro tanto que foi investimento do município, estamos a falar do uso eficiente dos recursos, estamos a falar de uma piscina que durante muitos anos nada foi lá feito, estamos a falar daquilo que é o grande investimento daquela piscina que não vai ser visível está na sala das máquinas, na sala das máquinas está realmente ainda um grande investimento, realmente o aproveitamento da água que é um bem que como vai sabemos não é infinito, é um bem finito.

Foi o ano da pavimentação e arruamento da Freguesia de Santiago de Montalegre, a colocação dos sinais luminosos no âmbito da prevenção rodoviária, também a colocação dos sinais em Andreus e Sardoal, junto ao complexo desportivo, substituição de abrigos de passageiros, e também o ano em que nós fizemos todo o procedimento, toda a candidatura e um investimento também naquilo que foi o projeto de execução naquilo que nós acreditamos que vai ser um sucesso que é o Parque de Negócios de Andreus, há cerca de um ano e pouco, esgotamos aquilo que era os lotes no parque empresarial de Sardoal e era importante que continuássemos a dar resposta a quem quer investir neste nosso Concelho.

Senhores deputados, muito mais haveria para dizer, os senhores têm acesso aos documentos, estou disponível para alguma questão que os senhores queiram pôr, politicamente estou cá para responder pelas opções políticas, tudo que seja pormenores técnico-financeiros, temos connosco o dr. Nelson que poderá ajudar nestas questões.

Só dizer uma coisa se me permite, também o peso dos encargos dos trabalhadores foram 37,5%, houve uma diminuição dos encargos no valor de 67000€." -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia que referiu o seguinte” Algumas coisas que eu gostava de frisar, a bem da transparência, as Autarquias Locais, e espero que também outros organismos do Estado, passaram a estar sujeitos a este novo sistema de organização contabilística e isto tem por base, não tive tempo de ver o fundamento que está na base da aplicação deste novo sistema, mas tem muito que ver, acredito eu, com a questão da transferência porque e, só para que todos nós percebamos, este é o sistema que as empresas estão sujeitas, e, porque é que ele é mais transparente, porque quem conheceu a contabilidade nas Câmaras Municipais que se aplicava, sei lá, antes do POCAL e o senhor Presidente da Câmara tem consciência disso e o senhor diretor de divisão

também tem, muito pouca gente neste país, tirando os funcionários públicos, eventualmente, quem esta ligado ao assunto, conseguia interpretar aquilo, de facto, já o POCAL e agora este Sistema de Normalização Contabilística, vem de facto trazer para as Autarquias, sejam elas de que cor forem, um sistema contabilístico que muito mais pessoas sabem avaliar e sabem ler e sabem, acima de tudo, interpretar, é claro que isto *traz grandes mudanças porque até aqui era muito gastos e receitas, ou custos e receitas, ou despesas e ganhos, era muito à volta disto, agora o paradigma mudou ligeiramente porque a mesma despesa, o mesmo custo, o mesmo valor não pode afetar duas vertentes, ou afeta a parte do património quando beneficia o ativo ou afeta a questão dos custos porque é uma despesa de funcionamento e isto vem mudar de facto bastante o paradigma, face aquilo que existia no passado não vou dizer se é melhor se é pior, a minha opinião pessoal é que é mais transparente, isto de facto vai-nos trazer aqui uma alteração das coisas, porque aquilo que são o bem, o património, não tem só um valor, também tem um custo e tem que ser contado que a utilização do mesmo, em parte, também tem que ser paga, porque vai ser preciso fazer manutenção e para isso existem amortizações, um dia, o Centro Cultural, daqui por vinte anos, o valor de manutenção que poderá ter sido feito nele, poderá ser equivalente a 50 ou 70% do valor inicial e as amortizações representam um pouco disso, é um pouco neste sentido.*

Por outro lado, em relação à questão dos ativos do património é preciso ter algum cuidado, porque os ativos têm o valor agora, no caso das autarquias não conheço profundamente, mas os ativos têm o valor que o mercado estiver disponível a dar por ele, ou seja, não podemos cair no risco de, para alterarmos os resultados, se quisermos, uma operação de cosmética financeira, aumentar o valor dos nossos bens, dos nossos ativos, porque isto ajuda a equilibrar o balanço e reduz o resultado no caso dele ser muito negativo. Eu sei que não foi isso que foi feito, até porque os municípios estão a entrar agora neste sistema, e portanto espero eu que ainda não tenham entrado por essas habilidades, mas isto para dizer que é preciso ter muito cuidado, com a questão do ativo, a título de exemplo, uma empresa que queira revalorizar um ativo ou faz uma grande obra de melhoria ou então tem que ter uma avaliação externa que confirme que aquilo, o Centro Cultural afinal, só a título de exemplo, não vale 7 milhões, vale 15, porque alguém externamente confirmou que no mercado, alguém está disposto a investir 15 milhões naquele edifício.

Passando à frente, isto de facto traz muito mais a ótica da exploração da atividade do dia a dia da Câmara e o que este documento nos traz, por isso é que este resultado, o resultado

que nós temos hoje, é aquele que o Senhor Presidente falou, temos um resultado negativo de 727000€, porque efetivamente aquilo que nos diz, no caso de vermos a demonstração individual de resultados por natureza, está no documento, conta de gerência anexo 2, página 9, este documento basicamente é uma demonstração de resultados e mostra-nos como é que foi a atividade do dia-a-dia da Câmara Municipal, aquilo que nós vimos é que, antes dos juros nós já estamos com um resultado negativo de 695000€, quase 696000€, ou seja, a atividade do dia-a-dia da Câmara, incluindo aqui como é óbvio as amortizações de capital dos empréstimos, já está com o resultado negativo de quase 700000€, a seguir, juntamos a isto, mais sensivelmente 31900€ de juros e gastos similares e chegamos ao resultado de 727 000€, ou seja, do ponto de vista operacional, da gestão do dia a dia, o que este documento nos diz, é que de facto, há questões que têm de ser revistas, ainda assim e neste mesmo documento, nós podemos ver que, e efetivamente o senhor Presidente já falou em alguns destes pontos, os gastos com pessoal, que, muito por força do teletrabalho, teve uma redução de 25000€, os fornecimentos e serviços externos que são aquelas despesas gerais de funcionamento, como energia, água, as comunicações, todos os serviços externos, no caso de limpezas e etc, também tiveram uma redução de 400 mil euros, mas, não obstante tudo isto, chegamos a este resultado que nos diz que há questões que têm de ser melhor analisadas, porque mesmo com redução naquilo que são os custos com pessoal, os fornecimentos de serviços externos, aquilo que é necessário para que a Câmara funcione, ainda assim, estamos a gastar mais do que aquilo que era suposto, porque há uma parte da verba que por norma, contava tudo como receitas e agora foi direto para o ativo, foi direto para o património, por via dos investimentos que foram ou estão a ser feitos.

Não podemos deixar de falar na questão da dívida, mesmo com a justificação que o senhor Presidente deu, mas o que é certo é que chegamos ao final do ano com uma dívida a curto prazo de sensivelmente mais 500000€, por outro lado, a questão dos prazos de pagamento, o senhor Presidente diz que à data de 31 de dezembro, não havia pagamentos com mais de 90 dias, depois para termos um prazo médio de 97 dias sejamos sinceros, houve faturas que foram pagas para lá dos 90 dias, porque senão este prazo não está calculado, ou então, só se este prazo incluir os 30 dias desde que a fatura é emitida até ao prazo de vencimento, no caso de ser 30 dias por exemplo, pronto muito bem, então se foi isso, o problema continua a ser um problema porque 97 dias continua a ser muito tempo, e tem um grande impacto nas empresas que trabalham com o município e eu acredito que não dizem ao município, os termos dos preços que as empresas fazem, porque uma

empresa de, só para citar um exemplo, construção civil que imagina que não vai receber o valor de uma obra ou vai receber para lá do prazo, seguramente vai contar com este fator com o custo do dinheiro, o custo da empresa ter que adiantar dinheiro do seu crédito ou da sua tesouraria, para financiar um pouco ali aquela atividade isto tem um custo e seguramente vai ser incluído no seu orçamento e que seguramente e vai ser repercutido no custo da obra, portanto parece-me a mim e creio que muitos dos senhores Deputados concordarão com isto, esta questão do prazo de pagamento está a penalizar o município e é preciso encontrar soluções muito rapidamente para reduzir isto o mais possível não sei se terá 10 dias, se será 30, pelas contas que nos são apresentadas a manta é muito curta e não há como chegar a todo o lado, eu acredito que sim, até porque, outra questão que é importante frisarmos, que é o passivo total, isto sim é uma informação que tiramos do balanço, que contem o ativo, o passivo, os capitais próprios, digamos assim mas o ativo, no mesmo documento, pagina sete, o passivo total, é tudo o que são dívidas do Município, aproximava-se bastante dos seis milhões de euros, subiram 500000€, é algo que de facto está a asfixiar a Câmara Municipal e a par disto, é óbvio, os empréstimos que têm sido feitos, porque as amortizações de capital também consomem a sua parte, todos percebemos que para fazermos obra, se não temos tesouraria temos de recorrer à banca, percebemos, mas então, também temos de perceber e eventualmente até dizer-lo, quanto é que a escola custou este ano ao Município, de acordo com o quadro dos empréstimos, custou 47000€ de amortização de capital, e mais 10000€ em juros, porque efetivamente o resto irá custar para o ano, e nos anos seguintes, é a forma que existe de fazer as coisas. Dizer que de facto, o orçamento do município cifra-se, sem grandes obras, digamos assim, o orçamento corrente ou num ano relativamente normal, na ordem dos 6,4 milhões de euros, mais 100 menos 100, este ano tivemos um custo com pessoal na ordem dos 3,6 milhões, os bens e serviços básicos custaram mais 2,3 milhões, encargos com a banca, amortizações de capital e juros foram mais, grosso modo, meio milhão de euros, ou seja, se quisermos, a margem é 200000€ para qualquer emergência, ou para qualquer situação que possa acontecer.

Em relação às obras que foram feitas e de facto é uma opção política, nós entendemos que algumas delas podiam ter sido feitas noutros anos, serem feitas algumas sem financiamento comunitários, já houve anos se calhar em que a Câmara estava em melhor situação para o fazer, é a nossa opinião, poderiam ter sido feitas noutro tempo, no caso da escola todos concordamos com ela e todos votamos que fosse melhoras e realizada, mas efetivamente, todos concordamos que já no passado tinha havido fundos para este efeito,

nem todos os municípios aproveitaram, uns aproveitaram, porventura poderá ter sido, não sei se incapacidade, se o que é que, foi mas não é certo é que nós não conseguimos fazer este investimento mais cedo.

Em relação aos investimentos, mais um ano passou e aquilo que é o desenvolvimento económico do concelho, continuou no mesmo pé, o PDM continua na situação em que está, sem aprovação, sem sequer elementos que possamos analisar, pelo menos a Assembleia Municipal ainda não chegou, nem que fosse um esboço, para que nos possamos pronunciar. Em relação à zona industrial e é claro que é bem-vindo o Parque Empresarial em Andreus, já falamos disso, mas se calhar precisamos de mais e, portanto, temos referido várias vezes que já se devia ter ampliado a zona industrial. Em relação ao património, apesar de o Externato Santa Isabel, aparentemente após a resolução da questão do contrato de empréstimo e da questão do Tribunal de Contas, temos obra, mas a Casa Grande continua no mesmo pé, sem vislumbrar fim à vista e portanto, aquilo que nos parece é que o município precisa de investimentos que rapidamente tragam retorno para o município. Precisamos de fixar as pessoas, precisamos de fixar população, precisamos de fixar empresas e criar emprego, caso contrário, não é tão fácil assim, hoje encontrar emprego, mas no Sardoal não me parece que haja muito emprego disponível, não me parece que haja, há quem entenda que faltam trabalhadores, mas o que é certo é que, aquilo que assistimos, não há assim tantas famílias a fixarem-se no Sardoal felizmente vão acontecendo algumas, e felizmente, de uma forma ou outra, vamos contribuindo para que as populações, algumas pessoas se possam fixar no concelho, ou possam até vir de concelhos vizinhos, mas ainda assim, precisamos de mais, porque senão, o nosso concelho vai continuar a perder população, aliás, vamos ver, estou muito curioso para perceber os resultados dos censos que foram realizados agora em abril, para perceber onde é que paramos, por agora.”-----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo “É claro que há muitas coisas que estou de acordo com a intervenção do senhor Deputado Adérito Garcia, mas há aqui só uma coisa que nos separa, enormemente, todos nós sabemos quais são os problemas, agora, nós temos que os resolver, os senhores levantam os problemas, mas ainda não ouvi dizer uma proposta de resolução desses problemas. Casa Grande ou dos Almeidas, estamos a falar de um investimento de 5 milhões de euros, se não for procurando parcerias, parceiros, investidores, eu acho que ninguém iria apoiar de bom senso, que a Câmara Municipal fizesse este investimento de 5 milhões de euros, ainda por cima porque não há investimento para os municípios, dentro desta área, estamos todos de acordo,

estamos, todos nós gostaríamos que a Casa Grande ou dos Almeidas, fosse recuperada rapidamente, o único problema é que temos de ser nós a resolver o problema e ideias ainda não vi nenhuma vinda do Partido Socialista. Os senhores repararam certamente que eu muito recentemente, a semana passada tive uma reunião com a Senhora Secretária de Estado do Turismo, que esteve no Sardoal em março do ano passado, precisamente por causa da Casa Grande, por causa da Igreja Matriz, por causa do pórtico da Santa Casa da Misericórdia, a Senhora Secretária Estado esteve connosco e com o Senhor Presidente da Região de Turismo do Centro, para nos ajudar a encontrar uma solução e esteve também presente um conjunto de potenciais investidores, para a Casa Grande.

Posso-lhes dizer que, com a situação Covid, os senhores sabem muito bem como está a questão do turismo, sabem muito bem aquilo que aconteceu no turismo, mas, para meu espanto e alegria, não há muito tempo, os investidores, potenciais Investidores, na Casa Grande, voltaram a contactar-me, dizendo que gostariam de retomar o processo, e foi nesse sentido que pedi uma reunião com a Senhora Secretária de Estado e que falamos como é que podemos, neste contexto, em que o turismo está como está, neste contexto de pandemia, como é que podemos resolver a situação e vamos continuar, estamos a continuar a trabalhar, se porventura, os Senhores tiverem alguma outra ideia, garanto-vos que será uma ideia muito bem-vinda e direi em boa voz, que a ideia da Casa Grande foi uma ideia que os Senhores tiveram, porque nós até ao momento fomos incapazes de encontrar alguém que quisesse investir 5 milhões de euros.

Não desistimos, temos soluções, temos possibilidades e vamos continuar a trabalhar nessas possibilidades, desta reunião que houve com a Senhora Secretária de Estado, abriu-se mais uma vez portas com o Turismo Portugal para realmente podermos um dia, esta Casa ter um destino.

Em relação à transparência do SNC, é claro que nós dizemos isto no relatório, o novo sistema de normalização contabilística, visa promover a harmonização contabilista, fomentando alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizando procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, é verdade, nós não somos do tempo, eu pelo menos não sou do tempo, falta-nos aqui x no orçamento, e não estou a dizer Município nenhum, isto faz parte da história, em que antes até da lei das finanças locais, em que aquilo que era muito a técnica de muitos municípios, e eu nem sequer morava em Sardoal nessa altura, estou a falar há mais de 30 ano, e por favor, não me estou a referir em concretamente a Município algum, em que era sobreavaliados os terrenos, para depois poder haver uma fictícia receita, para depois poder

fazer financiamento, poder fazer investimento, duma receita que não existia e com isto aumentava sempre aquilo que eram as dívidas dos municípios, levando os municípios a pontos extremos. O nosso município nunca precisou com todos estes defeitos, nunca precisou de uma intervenção de urgência, que infelizmente muitos colegas nossos estão a sofrer, a única que tivemos foi o PAEL, mas nós resolveríamos o problema dessa dívida porque o dinheiro que nós fomos buscar ao PAEL, já foi há muito tempo, eu não era ainda Presidente da Câmara, era Vice-Presidente na altura do PAEL, nós fomos o único município do país que menos dinheiro foi buscar ao PAEL, para regularização dessas dívidas. Mas também se me permite, às vezes esta questão da dívida, é algo que se diz e que se deixa no ar mas depois não se materializa, nem se diz concretamente do que é que estamos a falar, posso dizer a evolução da dívida, em 2009 o município de Sardoal tinha uma dívida de 8.4 milhões de euros, e não foi por causa disso que nós paramos e fechamos a casa, em 2010, 8,1 milhões de euros, em 2012, 6,3 milhões de euros, não vou dizer os anos todos, em 2014, 5.13 milhões de euros, em 2015, 4.9 milhões de euros, 2018, vou dizer propositadamente, que é o valor mais baixo, 3,9 milhões de euros, 2019 4,6 milhões de euros, em 2020, 5.0 milhões de euros, a 31 de maio 2021, ou seja a dívida do município a 31 de maio, é de 4,36 milhões de euros, o único ano em que a dívida esteve mais abaixo foi no ano de 2018, todos os outros anos tivemos uma dívida mais elevada, é claro que o ano ainda não acabou, isto para dizer que o diagnóstico que o senhor Deputado traçou, é claro que é um diagnóstico de qualquer município do interior, todos nós precisamos de investimento, todos nós precisamos de fixar gente, eu tenho uma grande curiosidade, uma grande expectativa em relação aquilo que vão ser os censos, até porque temos sinais, do aumento da nossa população, apesar da mortalidade, há sinais que nos indicam que temos conseguido contrariar, e o que é que nós temos feito, temos feito o apoio à natalidade, a redução de taxa de IMI, o incentivo, uma minoração ao mercado de arrendamento, a oferta escolar, não é verdade quando o senhor diz que todos nós estivemos de acordo em relação à escola, hoje provavelmente todos nós estamos de acordo, mas nem sempre foi assim, e posso prova-lo em ata, felizmente que hoje estamos todos de acordo, a obra está lá, mas já houve momentos que nem sempre estivemos todos de acordo, como nem sempre estamos de acordo em relação aquilo que para mim é fundamental, também é muito importante, que se chama, o investimento na cultura, é o próprio Augusto Mateus uma pessoa insuspeita que foi ministro de um governo do Partido Socialista que diz, que hoje, investir na cultura é muito importante para o desenvolvimento econômico e os nossos restaurantes sabem-no bem, a nossa pequena

capacidade hoteleira sabem-no bem, investir nas nossas gentes é também melhorar as acessibilidades, melhorar os arruamentos, e aí nós temo-lo feito sempre.

Eu não percebo quando o senhor diz que podia ter sido feito noutra altura, claro que podia, se só fizéssemos aquilo, claro que podíamos ter uma dívida mais baixa, claro que podíamos, se não tivéssemos investimento, claro que podíamos reduzir o prazo médio de pagamento se pegássemos em 300 ou 400 mil euros e com esse 300 ou 400000€, podemos fazer uma estrada, eu sei que é para bem de todos e é um esforço que nós pedimos também aos nossos fornecedores, mas também, deixe-me que lhe diga, em relação a esta matéria, nós no final, no dia 31 de dezembro, aos nossos fornecedores aqui regulares, aqui na nossa região, tínhamos uma dívida de 35 000€, neste momento é de 12000€, às vezes a diferença entre o final de dezembro e os primeiros meses do ano seguinte, é uma diferença curta, por isso, é um Município que tem poucas receitas, é um Município que apesar de ter poucas receitas e também temos muitas dúvidas e não estamos de acordo e eventualmente poderia haver aqui uma discussão sobre a teoria de como conseguir receitas e como conseguir trazer gente para cá, nós temos uma forma de ver as coisas, nós só conseguimos aumentar a nossa população, nós só conseguimos cativar gente para o nosso concelho, nós só conseguimos cativar empresas para o nosso concelho, se tivermos qualidade de vida para oferecer aos empresários, para oferecer aos trabalhadores desses empresários, para oferecer aos sardoalenses que já cá moram e essa qualidade de vida só se consegue com um conjunto de equipamentos, materiais e imateriais, um conjunto de equipamentos que vão desde a estrada de Santiago de Montalegre, a estrada de Casos Novos, a estrada de Panascos, de Valhascos, nós só conseguimos tendo esta qualidade de vida, tendo um Centro Cultural com atividade, temos um parque desportivo que vai ter uma piscina de requalificada, Isto é trabalhar na atratividade, de outra forma todos nós oferecemos o mesmo aos empresários, não há Câmara nenhuma que, os incentivos são todos iguais, praticamente, um dá mais isto, outro dá mais aquilo, mas feitas as contas dá tudo igual, porque nós não podemos ir além da Lei, os terrenos dos parques empresariais, todos nós os vendemos ao custo mais baixo agora o que é que interessa a um empresário instalar-se no Sardoal e não se instalar por exemplo em Torres Novas ou no Entroncamento, tem de haver aqui fatores que possam ser distintivos, que possam ser diferenciadores, a calma que nós temos, a qualidade de vida, quem visita gosta de nos visitar, quem nos visita diz que o Sardoal é uma vila bonita apesar de alguns que cá vivem, dizerem eu o Sardoal é uma Vila suja, por isso nós estamos a investir, lentamente, por duas razões, primeiro que estamos muito dependentes daquilo

que é a evolução do quadro comunitário e como eu já disse várias vezes o Externato Rainha Santa Isabel demorou 2 anos a ser aprovado, os prédios da Tapada da Torre, nós temos projeto feito, temos candidatura, não houve dotação financeira, houve a hipótese de reclamarmos em sede de audiência prévia, foi-nos dito, não vale a pena porque a seguir vai abrir novo concurso e vocês entram rapidamente nesse concurso e o que é que acontece, a verba desse concurso foi toda ela reencaminhada para o Covid, ninguém estava à espera que isto acontecesse, temos o trabalho de casa feito, temos um projeto prontinho para os prédios da Tapada da Torre, que assim que abra novo concurso submetemos imediatamente, temos um projeto prontinho para o centro de meios aéreos para melhorarmos ainda mais o espaço onde os nossos bombeiros trabalham, temos um projeto prontinho e submetido a aguardar resposta da CCDR para o Parque Empresarial de Andreus.

PDM, o PDM não depende só de nós, o PDM tem sido sujeito a sucessivos adiamentos por parte do governo, não foi pela câmara do Sardoal, olha vamos lá aqui dar mais um ano para conclusão dos PDMs porque o Sardoal ainda não o fez o Sardoal, não,

Porque o Sardoal e, infelizmente muitos municípios deste país que não conseguem e, as próprias estruturas que têm que nos dar resposta, a própria entidade do estado que tem que dar resposta também não tem o número de recursos humanos suficientes para dar resposta, no tempo que eles gostariam de dar e no tempo nós gostaríamos de dar, nós estamos neste momento numa fase de REN e RAN, estamos a trabalhar com Santarém e com a CCDR, aquilo que nós fizemos e já foi apresentado a todos os Senhores Vereadores, para nós já definirmos aquilo que era o espaço que para nós podia ser o espaço urbanizável e o espaço na urbanizável, estamos de acordo, aquilo que essas manchas dentro do nosso território que nós queremos alargar para construção, por exemplo, estamos de acordo, agora há aqui um conjunto de fatores que não dependem de nós, dependem realmente dessas estruturas, e volto a dizer, às vezes já houve um tempo em que na câmara do Sardoal, eu sou sincero, o PDM podia ter andado muito mais e não andou, não há dúvida nenhuma, teve em banho-maria durante tempo demais, não há dúvida nenhuma, mas há uns anos a esta parte que nós temo-nos empenhado fortemente naquilo que é a revisão do PDM e também vou-me repetir mais uma vez, mas é importante que as pessoas percebam, o PDM estava constituído, era necessário um conjunto de entidades que tinham que dar os seus pareceres e o Regulamento dos PDMs estava constituído por esse conjunto de entidade, depois havia alterações governamentais e o nome dessas entidades mudava, já teria que baralhar e voltar a dar tudo de novo. O

PDM é um processo muito difícil, muito mau, tem sido um processo muito difícil é muito importante para todos nós, mas atenção, que não se pense que o PDM é só poder construir e não poder construir, é muito mais do que isso, e quando às vezes nós queremos passar a mensagem de que o PDM vai resolver o problema de todas as construções, uma das coisas que as pessoas vão olhar, o que a CCDR vai olhar é para os espaços que nós temos disponíveis para construção e que nada ainda lá foi feito, por exemplo, uma das coisas para o que a CCDR vai olhar, é para o conjunto de edifícios que estão degradados ou devolutos, e que podiam servir de construção, de habitação, e o que é que nós fizemos, definimos áreas de reabilitação urbana, com um conjunto de incentivos para recuperação desses prédios e dentro dessa área de reabilitação urbana, um conjunto de incentivos fiscais, nomeadamente aquilo que é uma empreitada, em vez de ser a 23%, passara a 6%, temos um IMI baixíssimo, com todas as majorações e com a majoração a 20% para estes prédios devolutos, por isso nós estamos a fazer tudo aquilo que podemos. Eu acredito que outras pessoas que aqui estivessem, mesmo dentro do nosso partido, do meu partido, da minha linha ideológica, fariam de forma diferente, agora garanto-vos, não conseguiram fazer mais e melhor, às vezes também, mas isso também, não tenho essa presunção, porque aquilo que nós fazemos é tentar muito, fazer muito todos os dias, para evoluir este concelho e estamos a conseguir, estamos a conseguir, ao contrário do que aquilo que muitos querem fazer crer o contrario, estamos a conseguir muito lentamente, mas estamos a evoluir, as coisas estão a andar, esgotamos a nossa zona industrial, senhor Deputado Adérito Garcia, é verdade que queremos expandir a nossa zona industrial, mas ninguém dava financiamento, das regras comunitárias, ninguém financiava a expansão de uma zona industrial sem que aquela zona industrial existente em cada município e as outras em volta, doutros municípios estivessem esgotadas, não é só dizermos que queremos expandir a zona industrial para isso temos que ter, não conseguimos fazer com as nossas receitas, com o nosso orçamento, só podemos fazer com fundos comunitários, existem, mas a primeira coisa que eles veem é o seguinte, na região está esgotado, no concelho está esgotado, Então se na região e no concelho está esgotado, então podemos financiar o alargamento das zonas industriais, eu acredito que aquilo que estamos a fazer em Andreus, vai ser um sucesso.

Outra coisa que os senhores falam e que se fala com alguma frequência, tem a ver com alcatroamento daquele bocado que falta na zona industrial, que não foi feito ainda apesar de ser essa a nossa intenção, e não foi feito por uma razão muito simples, a manta é curta,

agora eu pergunto, qual era a rua, de que aldeia, que nós íamos deixar de alcatroar para fazer aquele bocadinho da zona industrial.

Eu até aceito que haja uma opinião diferente, alguém que diga assim, a rua x do lugar y, podia ter ficado para depois, e prioritariamente alcatroariam aquele bocadinho que falta na zona industrial, é uma opção legítima, nem sequer discutível, é uma opção, as duas legítimas, a nossa foi esta.”-----

Tomou a palavra a Senhora deputada Patrícia Silva referindo “*Quero dizer que subscrevo as palavras do senhor deputado Adérito Garcia e preocupa-me que o município recorra com certeza que fará bem, a programas de financiamento para investimento, é lógico que tem que ser feito, com toda a certeza que isso traz uma mais-valia para o concelho, mas preocupa-me que tenha que recorrer constantemente à banca, para colmatar e fazer face depois ao valor em dívida, e isto leva a que, ou seja, para terminar a obra temos que recorrer a créditos bancários e pelo que eu possa perceber quase todos eles ali a rondar quase os 20, 23, 25 anos, portanto isto faz-me pensar num quarto de século, é imenso. Depois preocupa-me também bastante ouvir dizer que o nosso défice, portanto o saldo negativo que apresentamos de 728000€, se deva a termos mudado para um sistema novo porque se fosse com o POCAL, assim esta dívida ficaria escondida, não é, quase que será isso que se pode Inferir das palavras do Senhor Presidente, porque foi isso que ele disse, que se fosse no Pocal teríamos um saldo, se não positivo, mas pelo menos o valor teria diminuído, ou seja, estaríamos aqui a esconder algo que é preocupante no nosso Município, portanto, chamo a isto, atirar areia para os olhos das pessoas.”-----*

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo “*Gostei muito da intervenção do Senhor Adérito Garcia porque ele esclareceu-nos qual é de facto o verdadeiro sentido desta mudança de contabilidade e todos percebemos, e com certeza que não tem nada a ver com mandar areia para os olhos de ninguém. Agradeço mais uma vez a intervenção do Senhor deputado Adérito Garcia, foi muito esclarecedora e proveitosa, porque ele, nós sabemos, é um entendido na área e foi importante para nós e para quem para quem nos ouve.”-----*

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “*Nunca esperaria que o Senhor deputado Adérito Garcia um dia, numa reunião de Assembleia tocasse um concerto de Chopin, mas em relação de contas é claro que é a sua área.*

Senhora Deputada Patrícia, eu entendo a forma como a senhora se expressa nessa sua intervenção pela sua inexperiência e pouca participação nestes debates, porque os termos que a Senhora utiliza que andamos aqui a esconder, andar a atirar areia para os

olhos, só vem mesmo de quem não entende o que é que se está aqui a passar, nem entende o que é que está aqui a acontecer e isso é uma falta de respeito enorme, nós não escondemos nada, e como o Senhor deputado Adérito Garcia disse e muito bem, este sistema é ainda muito mais transparente do que o outro, agora, a forma, a regra de o fazer é completamente diferente. Lamento muito essa sua utilização desses termos porque nós não estamos aqui a esconder nada, nem a deitar areia para os olhos, mas se me permite para que não haja dúvidas, eu iria pedir ao senhor chefe de divisão financeira, que que é um homem que toca piano como o Senhor deputado Adérito Garcia, que possa fazer aqui uma intervenção sobre esta matéria, para que a senhora perceba bem a diferença, pela voz de um técnico.” -----

Interveio a Senhora deputada Patricia Batista dizendo “Eu não preciso disso, o Senhor Presidente é que disse que se fosse no POCAL os resultados eram diferentes, os valores seriam mais baixos.” -----

Referiu o Senhor Presidente da Câmara “A Senhora disse que estaríamos a esconder algo, ou a deitar areia para os olhos de alguém, eu vou pedir ao dr. Nelson que explique para que não haja duvidas.” -----

Tomou a palavra o chefe divisão financeira para referir o seguinte “Só mesmo para esclarecer, o Senhor deputado Adérito também já disse. Nós estamos aqui a falar de duas situações e o senhor Presidente falou nisso. Uma coisa é demonstração de resultados que é o resultado do exercício, que é a diferença entre rendimentos e gastos que nós tivemos, entre o dia 1 de janeiro e o dia 31 de dezembro de 2020, aí deu um resultado líquido negativo 727, que foi originado principalmente por esta situação que o senhor Presidente disse pela alteração contabilista que o SNC veio criar. O que é que acontece, independentemente se, mesmo que nós estivéssemos a ter o resultado líquido positivo de 133000€ que era, não contando com estas alterações contabilísticas, a dívida manter-se-ia, a dívida seria a mesma, portanto temos duas coisas diferentes, uma coisa que eu estava a dizer, é os resultados de período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, e outra coisa é o ponto da situação, que é a dívida que está no balanço que é à data de 31 de dezembro de 2020. Portanto são aqui duas coisas diferentes, o que aconteceria também que o senhor Presidente também disse, que o que é que podia fazer diminuir a dívida, é se nós tivéssemos sido ressarcidos do valor dos fundos comunitários que não fomos, à data de 31 de dezembro.

Duas coisas diferentes, o resultado líquido poderia ser outro, mas a dívida se manteria.”

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente para referir o seguinte “Eu ouvi com

atenção o Senhor Presidente Miguel Borges, e quem o conhece sabe que ele é muito hábil nos seus discursos e nestas contas ele conseguiu passar uns paninhos quentes sobre os resultados destas contas, mas esses paninhos quentes não alteram os números, e os números que os Sardoalenses precisam de saber são três números redondos de 3, primeiro que o resultado de 2020 foi o resultado negativo de 700000€, que o município tem uma dívida de 4 milhões de euros, redondos, e tem um passivo de 6 milhões de euros, estes três números é que os Sardoalenses precisam de saber e este desastre financeiro a responsabilidade é do executivo e porquê, porque o executivo se tivesse cumprido aquilo que prometeu aos Sardoalenses, quando em 2017, eu tenho aqui o programa eleitoral, relativamente por exemplo posso ler, promover a criação a fixação e revitalização de empresas através de incentivos municipais, dinamizar o parque empresarial do Sardoal, promover atividades de divulgação de economia local, isto entre outras, se tivesse feito isto não estávamos a falar destes números, por isso eu até convido que todas as pessoas que tenham este caderno eleitoral, que o consultem, porque se calhar encontramos aqui coisas muito giras por exemplo, construir uma praia fluvial e um parque de campismo, desenvolver ações de sensibilização e educação no âmbito da prevenção da floresta, construir um ginásio de manutenção agregado à piscina municipal.

Eu não fiz nenhuma pergunta ao Senhor Presidente Miguel Borges, eu constatei aqui factos, por isso o que eu que eu pedia era que os Sardoalenses consultem este caderno eleitoral, e que depois julguem este executivo com o seu voto nas próximas eleições." -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo "Registo com desagrado a forma, o adjetivo "hábil" que o senhor aplica em mim, é depreciativo a forma como o Senhor o aplica. Da mesma forma gostaria de perguntar onde é que o senhor tem andado, em que reuniões tem participado.

Eu já disse aqui, que neste nosso mandato esgotamos a zona industrial, ou seja, criaram-se novas empresas na nossa zona industrial, quantas vezes eu preciso de dizer mais, para que alguém entenda, quando nós entramos, tínhamos varias lacunas na zona industrial, trabalhamos nesse sentido, criamos incentivos, muitos incentivos, o Gabinete de Apoio ao Empresário, tem feito iniciativas com diferentes parceiros, em várias matérias, tem feito conferencias, palestras, com a Associação de Comerciantes, com a Nersant, com outras entidades, sobre o medronho, pronto, eu acho que é a sua leitura, mas que está muito longe da realidade.

É claro que os números são estes, mas nós não podemos de forma nenhuma dissociar estes números com aquilo que nós apresentamos como atividades e investimentos, um

investimento de mais de 1.5 milhões de euros, esses são os números e eu sei que o senhor Deputado jogou logo à defesa dizendo, eu não fiz nenhuma pergunta, porque não fazendo nenhuma pergunta o assunto ficaria por ali e eu não mais falaria, mas desculpem, não pode ser assim, e mais ainda, eu e a minha equipa, quando nos candidatamos, fizemos um levantamento daquilo que eram os problemas que o Sardoal tem, das necessidades que o Sardoal tem e dissemos que num horizonte de 12 anos, nos comprometíamos a tentar resolver todos esses problemas, isto está nessa introdução daquilo que o Senhor aí tem, mas leia a introdução também melhor e um dia falamos sobre essa, nós não prometemos nada, fizemos um levantamento daquilo que achamos que eram as necessidades do nosso concelho e aquilo que nós dissemos é que tudo íamos fazer para resolver estes problemas, mas sendo certo também que muitos deles só tinham resolução com quadros comunitários, de outra forma não poderiam ser feitos.

Quantas vezes eu preciso de explicar mais que tínhamos projeto aprovado, financiamento aprovado, para fazermos uma praia fluvial, na zona da Lapa, e a Agencia Portuguesa do Ambiente, não autorizou, quantas vezes eu já disse isto aqui.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo “É só para lembrar o Senhor Presidente da Câmara que, no que diz respeito à Casa Grande, ou a Casa dos Almeidas, desde o primeiro dia que este assunto veio à Assembleia Municipal para discussão, na altura tinha a ver com a questão do investidor que estava interessado, que nós manifestamos que não concordávamos como a forma com que o processo estava a ser feito e sempre falamos e sempre sugerimos que fosse feito um concurso de ideias, aberto, até internacional, porque isso abriria o leque a imensa gente que eventualmente poderia estar interessada em desenvolver ideias, respeitando regras, como é obvio, não é só simplesmente, está aqui este edifício, desenhem coisa para fazer, tinha que se definir as regras, com rigor para se preservar o património, o Senhor Presidente sabe disto desde o primeiro dia e não lhe agradou a ideia, tudo bem, mas não pode dizer que não lançamos ideias, que não apontamos soluções, é preciso por vezes é aceitá-las, é saber entende-las e pelo menos as vezes, escuta-las, as vezes escutar é suficiente, escutar com os ouvidos, isto é importante, e, neste aspeto, não pode dizer que não falamos nesta questão.

Só para dar mais uma achega, ao que o senhor Presidente disse, tem a ver com a estratégia que ele e a equipa dele, o PSD, definiram, para desenvolvimento do concelho baseada acima de tudo na qualidade de vida, ó Senhor Presidente, podemos concordar consigo, mas o que é certo é que a realidade não faz valer a estratégia, se a estratégia que o senhor definiu a realidade não cola com essa estratégia, porque o resultado disso é zero.

Quantas famílias se fixaram no Sardoal, sobre este efeito, sobre essa questão, eu posso-lhe dizer, se calhar, eu com três telefonemas fixei 3 pessoas ou ajudei a fixar 3 pessoas no Sardoal, mas eu não quero de forma nenhuma recolher esses louros, eu fiz com toda a vontade de desenvolver o meu concelho, mas, os números e os resultados é que validam as estratégias e convenhamos, estas estratégias que os Senhores definiram os números não validam, portanto, na minha modesta opinião, essa estratégia, não está a funcionar, portanto, é tempo de mudar de estratégia.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo “O Senhor anda aqui há muitos mais anos do que eu, o senhor e outros senhores que estão aqui nesta reunião, e entenda isto como um elogio, porque andar muitos anos nesta vida não é para todos, não é fácil e, muitos anos antes, a Casa Grande foi comprada, muito tempo antes da minha entrada aqui na Câmara Municipal de Sardoal, foi comprada pelo Município do Sardoal muitos anos antes e durante muitos anos, nunca houve uma única palavra sobre a Casa Grande, quando o Miguel Borges chega à Câmara Municipal como Vice-Presidente, disse, vamos ter de meter mãos à obra e arranjar uma solução para a Casa Grande, estávamos em pleno período da Troika, e houve alguém que apareceu com vontade de investir na Casa Grande, houve um investidor, e nós achamos que poderia estar ali uma oportunidade, acontece na verdade que fizemos os nossos protocolos, os senhores não concordavam, inclusivamente até duvidaram da sua legalidade e foi-vos dado todos os documentos necessários e foi feito pelo Partido Socialista uma queixa à Inspeção Geral, na altura, das Autarquias Locais e não deu razão ao Partido Socialista, ou seja aquilo que nós fizemos, fizemos de acordo com a Lei e de acordo com os interesses da nossa comunidade. É claro que também, com o tempo, achamos que as coisas não podiam andar ad aeternum até porque havia aqui a determinada altura, uma oportunidade de nós recuperarmos o edifício do externato porque se se recorda estava no protocolo da cedência deste edifício da Casa Grande, a recuperação por parte do promotor, do edifício do externato, e o promotor começou a ter algumas dificuldades, inclusivamente fez uma proposta de compra da Casa Grande e essa proposta de compra andava à volta dos 100000€ e nós entendemos que vender a Casa Grande porque o valor não garantia, não defendia aquilo que era os interesses daquele móvel e ao mesmo tempo estávamos a ver que perdíamos aquilo que era o financiamento para o Externato e foi quando então rescindimos o contrato com esse promotor. Foi isso que foi feito, durante muitos anos não houve uma única ideia para esta Casa Grande.

Concurso de ideias, é claro, só depois disto, só depois de vir o promotor, só depois de nós fazermos este protocolo com o promotor, é que o Partido Socialista se lembra que afinal podia ter havido um concurso de ideias, é verdade, está lá na ata, por acaso reparei nisso que o senhor falou no concurso de ideias para esta situação, mas teria sido muito interessante que mesmo antes de eu chegar a Câmara e quando esta Casa Grande estava nesta situação, que os Senhores tivessem olhado para ela e dizer assim, porque é que não vamos fazer um concurso de ideias, agora vou-lhe dizer que a Casa Grande vai ter uma solução e vai ter uma solução muito mais rápida, do que aquela que nós eventualmente estaremos a pensar.

Fizemos tudo o que pudemos para levar este projeto da Casa Grande a bom porto. Estouvovos a falar de um investimento de 5 milhões de euros, e estou-vos a falar de um investimento que se fosse feita uma construção nova era um investimento na ótica do promotor, fica mais barato fazer o investimento novo de raiz, uma construção de raiz do que comprar a Casa Grande, ficaria mais barato alguém dizer assim, eu compro terreno e construo um hotel aqui no Sardoal e não recupero a Casa Grande, por isso este assunto tem que ser tratado com punhos de renda e com pinças e com muita delicadeza e com o apoio do estado e neste caso, temos o completo apoio da senhora Secretária de Estado.

Existem sinais, sim, e eu já falei aqui nesses sinais, o senhor Deputado até falou de uma forma, tentando ironizar para não dizer ridicularizar, aquilo que eu disse na altura, tem a ver com os 0,05% de crescimento que nós tivemos, entre o ano 2018 e o ano 2019, entre o ano 2018 e o ano 2019 tivemos um crescimento 0,05% o senhor achou muita graça porque esses 0,05% correspondem ao aumento da nossa população de duas pessoas e eu até dizia também com graça gostava de saber quem é que são para eu lhes agradecer o terem vindo para cá mas não é só isso, porque temos que nos lembrar também que não só aumentamos 2% como contornamos aquilo que era a tendência da mortalidade compensamos, ou seja, nesse ano morreram cerca de 58 pessoas, já falamos sobre isso e eu já falei sobre os números aqui ver se encontro e agora não encontro ou seja compensamos essa tendência ou seja entre 2018 e 2019 uma publicação que disse que o Sardoal no terceiro local foi dos municípios que mais cresceu. Também recentemente o Jornal Eco, coloca o Sardoal no terceiro lugar dos 308 municípios, no pódio, do município que mais tem incentivos e mais apoios tem à fixação pessoas no interior, o Município que mais incentivos tem dado à fixação pessoas no interior, mas se não aumentarmos infelizmente é todo o interior assim." -----

Declaração de voto

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Exmo. Sr. Presidente,

O relatório de contas do exercício de 2020 da Câmara Municipal de Sardoal agora discutido e votado, veio demonstrar de uma forma clara o que temos defendido nos últimos anos: o bem público não está a ser gerido de forma competente pelo PSD.

Num ano em que, efetivamente, contou, por força da pandemia, de redução de custos por impossibilidade de realizar alguns eventos (festas do concelho, semana santa, de entre outros) ou mesmo de custos de funcionamento por teletrabalho, num ano em que as transferências recebidas do Governo para despesas correntes cresceram em + de 250.000€, o resultado líquido do exercício apresenta um valor negativo de mais de 727.000€.

Se olharmos para o resultado direto da atividade (resultado operacional, antes de gastos de financiamento) esta apresenta um saldo negativo de 696.000€ o que demonstra que, efetivamente, a questão se coloca ao nível da atividade do dia a dia e amortização de empréstimos.

Em termos de dívida, verifica-se um aumento da dívida, de curto prazo que já ascende 1,5M €.

Em termos de dívida de longo prazo, o valor atual não deixa margem de manobra para o futuro.

O prazo médio de pagamento situa-se em 97 dias, prazo que consideramos desadequado, e altamente penalizador para o município.

O passivo total aproxima-se a passos largos dos 6M€.

Em termos de receita, denota-se uma crescente dependência das transferências do Governo, demonstrando-se ainda uma incapacidade de gerar receitas próprias.

Em resumo, de um orçamento de 6,4M€, 3,6M€ destinam-se a custos com pessoal, 2,3M€ para de Bens e Serviços indispensáveis ao funcionamento básico e 0,5M€ a encargos com a Banca (Juros + Amortizações), pouco sobra para qualquer emergência, ou despesa inesperada, ou investimento.

Mais um ano passou, e os principais problemas do concelho continuam por resolver:

- PDM

- Zona Industrial

- Património municipal (Casa Grande, Externato Santa Isabel)

Por tudo isto, não podemos concordar com os resultados apresentados, pelo que votamos contra na aprovação da Conta de Gerência do Município de Sardoal do ano de 2020

Sardoal, 29 de junho de 2021

Pelos Deputados Municipais,

Adérito Garcia”

Considerando o estipulado e nos termos do disposto na al. l) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 1 do artº 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro a Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar os documentos de Prestação de Contas do Exercício 2020 com doze (12) votos a favor da bancada parlamentar do PSD e seis (6) votos a favor da Bancada Parlamentar do PS.-----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

5.Revisão Orçamental;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “*Tem a ver com a necessidade de criarmos a rubrica para um projeto, uma candidatura que nós fizemos, Centro Cycling Portugal de Sardoal no valor de 73931€, um projeto que tem a ver com bicicletas, BTT percursos feitos em bicicleta e também depois um desafio, entre aspas, uma proposta que nós fizemos às nossas Associações, de apoiar aquilo que seria, se fosse essa a intenção deles, na substituição das coberturas que tenham de fibrocimento por outras mais saudáveis e na verdade é para abrir esta rubricado de apoio ao associativismo para a substituição das coberturas de fibrocimento no valor de 5000€, temos uma associação que manifestou essa sua vontade, de qualquer das formas tendo a rubrica aberta depois também se houver necessidade de ajuste deste valor será assim feito.*” -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo o seguinte “*Uma associação já está interessada, nós tínhamos conhecimento de qualquer coisa nesse sentido portanto está esclarecido, em relação ao projeto de BTT, gostava que o Senhor Presidente clarificasse um pouco mais o que é que se trata, ou eventualmente o Senhor Vereador Pedro Rosa, se puder intervir, poderá estar mais por dentro do assunto, porque o valor que é apresentado parece-nos um pouco elevado e gostávamos de perceber se se trata, passo a expressão, de duas mangueiras para lavar bicicletas ou se temos qualquer coisa mais profunda, isso para percebermos exatamente o porquê deste valor.*” -----

Tomou a palavra o Senhor Vereador Pedro Rosa para referir o seguinte, “*Tentando ser de alguma forma sucinto até pelo adiantado da hora, mas aproveitar para esclarecer um pouco o que é que é que este investimento. O município há sensivelmente 3, 4 anos decidiu desenvolver um projeto, para um centro de BTT, a instalar na escola de Cabeça das*

Mós, com vista à revitalização daquele espaço e numa ótica também de valorização daquilo que é o nosso património endógeno, toda a rede possível de percursos de BTT. Infelizmente essa candidatura não foi financiada e não foi possível leva-la a bom porto, dado o elevado investimento que ela importava, isso também não nos deixou de alguma forma desalentados com a decisão e portanto decidimos meter as mãos à obra e fazer, e avançar para um projeto que ainda com um valor mais baixo mas que nos permitisse ir de encontro aquilo que eram as nossas ambições em termos de valorização do nosso património, neste caso não só o património natural, mas também o património arquitetónico e o património imaterial que o Sardoal tem e como tal e, também, por força e apoiados também numa alteração da Federação Portuguesa de Ciclismo que é quem tutela, a certificação destes centros, essa alteração no Regulamento da Federação para os centros que agora se chamam Centros de Cycling Portugal, tem a tutela também do Turismo de Portugal, e que vem substituir os anteriores Centros de BTT, permitiu que desenvolvêssemos este projeto ainda que ele tivesse que ser noutra sitio.

A ideia consiste em fixar este Centro de BTT, no nosso parque desportivo municipal, sendo certo que neste momento temos condições mais que suficientes para não ter de fazer obra física, porque temos um espaço dotado no meu entender das melhores condições em termos balneários e de apoio aos utentes e portanto, restava-nos apenas equipar aquele espaço com as condições para que os praticantes da modalidade pudessem de alguma forma usufruir do espaço, fazer as manutenções às bicicletas que por vezes são necessárias e depois criarmos uma rede de percursos em torno do nosso território, que permitisse ir de encontro aquilo que eram as premissas dos Centros Cycling, aquilo que pretendemos fazer é implementar 6 percursos de BTT e 6 percursos de estrada, grande parte do investimento será feito na colocação, portanto, numa primeira parte, um estudo prévio, porque nós temos uma ideia e temos alguns destes percurso já delineados ou já idealizados e portanto vai haver uma parte inicial de estudo prévio para definir realmente quais é que são os percursos, e depois, toda a parte da sinalização, da colocação das portas de entrada, porque o nosso Centro de Cycling que vai ser instalado, esperemos nós, no parque desportivo, não será a única a porta de entrada, a única porta de entrada para esta rede de percursos em princípio será também na escola de Codes, no nosso Centro de Férias de Codes, eventualmente também na Cabeça das Mós, porque tem ali também perto, outra rede, essa sim, também de percursos pedestres e portanto o investimento será feito essencialmente nesta função.

Tem aqui outra particularidade que eu penso e aproveito para também para partilhar, penso que é também um carater inovador desta candidatura que é termos um espaço que pretenda ser um espaço de desporto acessível ou seja em que o utilizador não precisa, nós não precisaremos de ter um porteiro a controlar a controlar como acontecia antigamente em alguns centros de btt, e portanto a instalação de um sistema de domótica controlado através das novas aplicações digitais vai permitir o usufruto do espaço e um controlo total sobre os utilizadores, permite que qualquer sardoalense, qualquer visitante possa utilizar aquele espaço sem a necessidade de ter que ter o porteiro a abrir o espaço.

Também tem outro carater inovador e que vai um bocadinho de encontro aquilo que é a nossa visão para o turismo de natureza, o visitante não tem não tem que nos visitar apenas para usufruir do percurso clicável, com a família, mas também nós queremos que ele passe mais tempo no Sardoal, quiçá, ficar até algum tempo no nosso território, que possa dormir nos nossos alojamentos e que possa aqui também fazer as suas refeições, mas que também possa visitar o nosso património, como tal, esta porta de entrada vai ser também uma porta de entrada para o nosso turismo, vai ter um conjunto de rotas que depois vão ser definidas e que vai levar os nossos visitantes através de algumas rotas de visitação pelo nosso território. Essa visitação também acontecerá necessariamente nestes percursos, ao longo dos percursos vai haver a possibilidade, vão existir interações com os utilizadores dos percursos, por forma a visitarem aquilo que é o património que nós vamos identificar e que vai resultar deste estudo prévio que eu falei.

Aquilo que pretendemos é um centro de BTT versão 2.0, que possa de alguma forma trazer uma mais valia para o nosso turismo, que não seja apenas, que não tenhamos apenas turistas para fazerem o nosso percurso e para pegarem nas bicicletas e regressarem às suas residências, queremos que eles permaneçam no Sardoal, que nos visitem, que conheçam o nosso património, aquilo que é a nossa cultura, aquilo que é a nossa gastronomia, os nossos vinhos e portanto é o mise en scene todas estas mais-valias que o Sardoal tem para oferecer. Achamos que o projeto tem esse valor e a entidade que gere a candidatura que nós fizemos, que logo eles reconheçam esse valor, nós estamos cá para o implementar." -----

Interviu o Senhor Presidente da Câmara para referir " Só dizer que é uma candidatura ao PDR 2020 com financiamento 80%" -----

Interviu o Senhor deputado Adérito Garcia referindo "Em relação ao valor não houve explicação." -----

O senhor Presidente da Câmara pediu ao chefe de divisão financeira para informar o senhor Deputado acerca deste assunto, o qual referiu o seguinte "*Então é assim, nós enviamos um anexo que tem sete páginas, na página 3 disso qual é a descrição, portanto diz aqui que o estudo e o projeto é 16000€, despesas com design e comunicação 7257€, aquisição de equipamentos e alguma infraestrutura, 2393€, sinalética dos percursos BTT 18500€, e software aplicacional 29000€.*" -----

O Senhor deputado Adérito Garcia referiu que "*Espero que fique bem mais barato do que isto, tem algumas rubricas que parecem excessivas, nomeadamente esta questão de software, já existem soluções para este tipo de questões, apesar de ser uma novidade e portanto, convido a que de facto seja feita uma boa pesquisa de mercado.*" -----

Respondeu o Senhor Presidente da Câmara o seguinte "*O PDR 2020 é muito rigoroso em termos de orçamentos não há quadro comunitário, não linha comunitária tão rigorosa como o PDR2020 que julgo que até exige que haja a apresentação de três orçamentos para a candidatura.*" -----

Considerando a alínea a) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/2013, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, com dezassete (17) votos a favor, aprovar a Revisão nº 4 ao Orçamento da Despesa e nº 3 das GOP`s - Alteração Orçamental Modificativa. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

6.Acordo de Regularização de Dívidas - Município do Sardoal - Processo de cessão de créditos;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo "*A 16 de setembro 2020 quando nós aprovamos este acordo da regularização da dívida com as Águas do Vale do Tejo, já nesta altura naquilo que foram as informações prestadas, se colocava a hipótese de as Águas do Vale do Tejo ceder esta dívida ao BEI, aquilo que se está aqui realmente a passar é o pedido, a concretização dessa passagem da dívida que nós temos perante a Águas do Vale do Tejo para o Banco Europeu de Investimento, o que é que há aqui de ganhos, a taxa de juro que nós temos com as Águas do Vale do Tejo é de 2,25 pontos por cento, a dívida ao Banco Europeu de Investimento, nunca será a taxa de juro nunca será superior a 1,057 por cento, por isso, há esta transferência das Aguas do Vale do Tejo para o BEI e com esta transferência há também aqui um ganho claro em termos de taxa de juro para o Município de Sardoal.*" -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo “*Quando li o documento não consegui na altura perceber a informação dos serviços, sobre este assunto, só depois de reler os documentos todos é que de facto consegui perceber, se a ideia é pagarmos menos juros, melhor, mas, gostava de frisar que no ano de 2020 a dívida que a Câmara tem esta empresa aumentou sensivelmente 20000€ e portanto a questão que coloco ao Senhor Presidente é, se aquilo que vamos, a dívida que vai ser, vamos passar, digamos assim, é dívida total à data de hoje ou qual é o valor que vamos inscrever, porque efetivamente, teria sido interessante receber estas minutas já com alguns valores preenchidos, não sei, pode ser só um pormenor, mas se calhar tinha ajudado.*” -----

O senhor Presidente da Câmara referiu o seguinte “*Aquilo que está aqui em consideração é o valor que nós aprovamos na reunião de 16 de setembro 2020, nesta reunião de 16 de setembro 2020 já dizíamos na informação, o seguinte, definir ainda que caso seja aprovada a cessão dos créditos entre a AVT e o BEI, a taxa de juro é muito mais apelativa apesar de a taxa ter de ser sempre negociada entre as partes, e aquilo que já aqui era dito é que a taxa seria uma taxa muito mais apelativa por isso não há aqui aumento da dívida há sim só aquela dívida, que foi aprovada em setembro, que é transferida para o BEI, porque se fosse uma dívida acrescida o processo tinha de ser outro, teria de ser uma autorização para no fundo, uma nova dívida, que não é isso que está aqui em causa.*” -----

Decorrente da celebração do Acordo de Regularização de Dívida celebrado com o Município do Sardoal e para seguimento do processo de Cessão de Créditos, a Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, com dezassete (17) votos a favor, aprovar as minutas dos documentos abaixo mencionados, nomeadamente: -----

- Anexo I - Tabela de cotações indicativas para ARD;
- Anexo II - Minuta de contrato de penhor sobre o saldo da conta bancária aberta junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., a celebrar para efeitos de cumprimento do regime previsto no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, e na Cláusula 6.ª do ARD;
- Anexo III - Minuta da notificação a efetuar pelo município de Sardoal à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., ao abrigo do n.º 3 da Cláusula 3.ª do contrato de penhor de saldo de conta bancária;
- Anexo IV - Minuta da comunicação a efetuar pela Águas do Vale do Tejo, S.A., com conhecimento do BEI, ao município de Sardoal, relativa à cessão dos créditos e que contem como anexos:

- Anexo I - Minuta de contrato de cessão de créditos, nas suas versões em língua inglesa e em língua portuguesa;
- Anexo II - Minuta de notificação prevista no n.º 9 do artigo 4.º e n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, [que irá substituir o Anexo III do ARD];
- Anexo III - Plano atualizado de pagamentos do ARD e o plano de pagamentos a 25 Anos;
- Anexo IV - Minuta da declaração de aceitação dos termos da cessão dos créditos, efetuada através do documento autónomo, assinado pelo Município de Sardoal, com termo de autenticação, com indicação da modalidade de taxa de juro que pretende que venha a ser adotada pelo BEI.

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

7.Plano Diretor Municipal de Sardoal - Alteração por adaptação ao Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo *“Esta alteração tem a ver com a alteração ao regime jurídico dos instrumentos de gestão do território e com a sua implicação no plano de ordenamento da Barragem de Castelo de Bode, é uma questão única e simplesmente técnica é adequar aquilo que é hoje o nosso PDM a esta pontinha que nós ali temos que está na área de influência, no plano de ordenamento da Barragem de Castelo de Bode não é nenhuma parte que está em contacto com a Barragem de Castelo de Bode propriamente dita, é ali um uma língua junto à ribeira do Codes, se e aquilo que está a fazer é mesmo só a adequação do nosso PDM de acordo com o plano de ordenamento da Albufeira da Barragem do Castelo de Bode, pela nova legislação, no fundo acaba por ser um conjunto, um reforço do constrangimento daquilo que é por exemplo a possibilidade de construção nesta área chamada plano de ordenamento da Barragem do Castelo de Bode.”* -----

Considerando a necessidade de transposição das normas do Plano de Ordenamento de Castelo do Bode (POACB) para o Plano Diretor Municipal de Sardoal (PDM) por força do artigo 78.º da Lei n.º 31/2014 de 30.05 na atual redação, e ainda que essa transposição deverá ser efetuada através de alteração por adaptação conforme previsto no artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14.05 na atual redação (RJIGT), a Assembleia Municipal tomou conhecimento da deliberação de aprovação por parte da Câmara Municipal. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----
Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram 24h17m, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____